

V. 11 N. 16 JANEIRO A DEZEMBRO - 2017 - ANUAL



MUNDO
ACADÊMICO

MULTIVIX

SÃO MATEUS



MUNDO
ACADÊMICO

MUNDO ACADÊMICO

Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX
v. 11 n. 16 janeiro/dezembro – 2017 - Anual

Diretor Executivo
Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica
Eliene Maria Gava Ferrão

Diretor Financeiro
Fernando Bom Costalonga

Diretor Geral
Sandrélia Ceruti Carminatti

Coordenadora Financeiro
Eline Rodrigues

Coordenadora Acadêmica
Elen Karla Trés

Coordenadores de Curso:

Administração
Análise Desenvolvimento de Sistemas
Arquitetura
Engenharia de Produção Mecânica
Engenharia Civil
Engenharia Química
Pedagogia
Letras
Serviço Social

Presidente da Comissão Editorial
Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial
Elen Karla Trés
Eliene Maria Gava Ferrão
Josete Pertel
Rafaela Rangel do Rosario
Tereza Barbosa Rocha

Revisão Abstracts
Kelly Cristina Gross Rios Tercetti

Endereço para correspondência
Rod. Othovarino Duarte, s/nº, Bairro Park Washington,
São Mateus-ES, CEP.: 29930-000
e-mail: Fernanda.souza@multivix.edu.br

Capa
Alex Cavalini

M965 Mundo Acadêmico / Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – v.11,
n.16, 2017 – São Mateus: MULTIVIX, 2017.

Semestral
ISSN 1984-7564

1. Pesquisa acadêmica – periódicos. 2. Gestão. 3. Exatas. I. Faculdade
Norte Capixaba de São Mateus

CDD 001.891
CDU: 001.891(05)

EDITORIAL

A revista científica Mundo acadêmico é uma iniciativa da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus que possibilita a divulgação de artigos e resumos de contribuições relevantes para a comunidade científica das diversas áreas de estudo que abrange a Instituição. Portanto, trata-se de um veículo de publicação acadêmica semestral, cujo público-alvo são professores e alunos de graduação e pós-graduação.

Diante disso, a Instituição almeja que a revista científica Mundo Acadêmico contribua para o fomento contínuo da prática da investigação, e promova o crescimento educacional.

MUNDO ACADÊMICO

SUMÁRIO

ARTIGOS

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM CINCO ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES6

ANGÉLICA ALVES SILVA
LEIDIANI CAMPOS FRANCEBILLIO

OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR COMPARTILHADA: CONHECENDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA29

FABIANO EWALD VENTURINI
LÚCIO MARQUES PEÇANHA
THIAGO BOLDRINI

EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO DE LEITORES ATRAVÉS DA LEITURA DE HISTÓRIAS35

ANDRESSA DE JESUS XAVIER FANTICHELI
DALILA POLATO MANTEGAZINE
GRAZIELLI BRUNA ALTOÉ
MARIA APARECIDA SANTOS ROCHA

EMPREENDEDORISMO: ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO52

JEFERSON CASTRO PIRES
MARCELA RODRIGUES GOMES DA SILVA
MAURICIO RODRIGUES DOS SANTOS

ANÁLISE DE PARETO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ORGANIZACIONAIS: ESTUDO DE CASO74

DANÚBIA FRANÇA DA SILVA
GABRIELA FRINHANI NICO
KELLY CRISTINA FERREIRA GALVÃO
MOHARA SERAFINI LUPPI

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL..... 95

Gabriela Prazeres Da Conceição

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM CINCO ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES

Angélica Alves Silva¹
Leidiani Campos Francebillio²

RESUMO

A abordagem pedagógica tradicional sempre se fez presente na educação do Brasil o que contribuiu para que o ensino de Ciências se tornasse um mero processo de transmissão de conhecimentos, sendo visto como verdade científica sem possibilidade de contradições e interferências. Com o advento da Escola Nova, surgem algumas transformações, como a valorização da participação do aluno no processo de ensino aprendizagem. Mesmo com essas mudanças, algumas escolas e professores ainda utilizam o método tradicionalista. No entanto o ensino de ciências é de fundamental importância na formação do aluno. A pesquisa realizada tem como objetivo estudar sobre o ensino de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental I, analisando os desafios e dificuldades desta disciplina referente ao professor. Investigou-se a importância da formação continuada bem como sua contribuição na vida profissional do professor. Observou-se na prática aulas ministradas por 10 diferentes professores do 5º ano do ensino fundamental I de 5 escolas públicas de uma determinada região no município de São Mateus Espírito Santo. Concluiu-se que o ensino nessas localidades ainda ocorre de maneira tradicional onde os alunos leem e copiam o que está no livro sem questionar. Metodologias estas que requer mudanças consideráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Ensino de Ciência. Formação Continuada.

ABSTRACT

The traditional pedagogical approach has always been present in Brazilian education, which has contributed to the teaching of science becoming a mere process of transmission of knowledge being seen as scientific truth without the possibility of contradictions and interferences. With the advent of the New School some transformations arise, such as the valuation of student participation in the process of teaching learning. Even with these changes some schools and teachers still use the traditionalist method. However the teaching of science is of fundamental importance in the formation of the student. This study aims to study the teaching of science in the initial grades of elementary school I analyzing the challenges and difficulties of this discipline concerning the teacher. The importance of continuing education as well as its contribution to the professional life of the teacher was investigated. In practice, classes were taught by 10 different teachers of the 5th year of elementary school I of 5 public schools of a certain region in the municipality of São Mateus Espírito. It was concluded that teaching in these localities still occurs in a traditional way where students read and copy what is in the book without question. These methodologies require considerable changes.

KEYWORDS: Learning. Teaching science. Continuing education.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, ensinar Ciências deveria ser uma das prioridades das escolas para que se construa uma sociedade crítica e consciente. A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender a importância da Formação Continuada em meio aos desafios enfrentados pelo professor, mostrando as possibilidades existentes para que esses educadores consigam ministrar uma aula mais dinâmica, coerente com a teoria e que desperte o interesse de seus alunos para esta disciplina.

Durante a realização deste artigo foram observadas e analisadas as práticas metodológicas dos professores, referente ao Ensino de Ciências, bem como as maiores dificuldades no ato de lecionar a disciplina.

Segundo a Diretriz Curricular (BRASIL, 2013, p.59):

[...] o professor da Educação Básica deverá estar apto para gerir as atividades didático-pedagógicas de sua competência se os cursos de formação inicial e continuada de docentes levarem em conta que, no exercício da docência, a ação do professor é permeada por dimensões não apenas técnicas, mas também políticas, éticas e estéticas, pois terão de desenvolver habilidades propedêuticas, com fundamento na ética da inovação, e de manejar conteúdos e metodologias que ampliem a visão política para a politicidade das técnicas e tecnologias, no âmbito de sua atuação cotidiana.

Durante muito tempo o ensino científico se deu de forma tecnicista e tradicional onde era tido como único e verdadeiro e dispensasse discussões e contradições, mas com surgimento da Escola Nova, vieram às mudanças, porém o tradicionalismo ainda perdura. Na atualidade há professores que insistem em utilizar métodos ultrapassados que aprenderam durante a sua formação inicial e pelo simples fato de conseguir conduzir o seu trabalho no dia a dia sem que haja uma cobrança ou por estar numa posição social confortável, não veem a necessidade de rever seus métodos. Claro que existem professores que pensam diferente e entendem que para a educação evoluir de forma positiva, a constante formação é algo essencial. Porém, para que isso aconteça é necessário oferecer subsídios e oportunidades para que os profissionais da educação reflitam sobre seus conceitos.

Diante dos pressupostos, entende-se que o ensino de Ciências é de fundamental importância para a vida do cidadão ajudando-o a compreender melhor o meio no

qual está inserido, podendo assim interpretar e observar os fenômenos naturais que vivenciam no seu dia a dia. Sendo direito do discente, é dever da escola juntamente com o professor fornecer o conhecimento científico bem como as habilidades de interpretação e questionamento ao aluno, transformando pensamentos e atitudes dos mesmos. O educando deve ser alfabetizado cientificamente e tecnologicamente, mas o conhecimento científico em si só não é o suficiente.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000, p. 23-24):

Mostrar a Ciência como conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino da área na escola fundamental. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valorização dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos, para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações, para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

Há alguns anos se via a formação inicial do professor como aquela que iria permitir-lhe lecionar até a chegada da sua aposentadoria, porém atualmente esse ato pede muito mais que isso. Ao terminar o curso de Licenciatura em Pedagogia, o professor deve continuar em busca de novos conhecimentos e habilidades que são extremamente necessárias para ensinar Ciências. Como por exemplo, o trabalho com novas tecnologias, o uso de laboratórios, dentre outros. São chamados de profissionais polivalentes, responsáveis também pelo ensino de outras áreas do conhecimento além da disciplina de ciências e isso por muitas vezes faz com que fiquem presos ao uso do livro didático, sendo uma mera transmissão de conteúdos. Assim os conhecimentos adquiridos pelos alunos se tornam basicamente teóricos, onde o aprendizado é mecânico, não havendo relação com a prática. E com o passar do tempo esse aprendizado, mais conhecido como “decoreba” se torna somente lembranças, não despertando no aluno o senso crítico e reflexivo.

A formação de professores de ciências, frente à ação formadora que assume a escola, precisa estar em consonância com as necessidades dessa nova visão do processo ensino aprendizagem. Assim, para que o ensino de ciências seja realizado para a formação humana, precisamos redimensionar a formação do professor (MOURA, 2006, p. 47).

É necessário que o profissional reconheça que é um ser inacabado e que ao término da formação básica inicial não se encontra totalmente preparado e busque estar em

constante formação já que vivemos em um mundo de mudanças econômicas, sociais e culturais. Sendo assim, a formação continuada pode ajudá-los a preencher as falhas da formação inicial como também irá mantê-los atualizados, refletindo sua práxis pedagógica.

O presente artigo teve por justificativa do tema mostrar que, para se atingir um ensino de qualidade, o oferecimento de formação continuada e o interesse por parte dos professores visando o bem maior que é o aluno, são imprescindíveis. Existem algumas deficiências em relação a esse ensino, principalmente pelo fato de que até o 5º ano do Ensino Fundamental I a disciplina ser ministrada pelo professor polivalente, ou seja, por um pedagogo. Por isso surgiu o interesse pelo tema. Com o intuito de se abordar sobre o Ensino de Ciências nas séries iniciais bem como a prática do professor e mostrar os tipos de formação continuada que são oferecidas aos mesmos. Observou-se 10 professoras que lecionam para o 5º ano em 5 escolas públicas no município de São Mateus/ Espírito Santo.

Perrenoud (2000, p.161) afirma que:

Quando ela não é obrigatória, muitos professores escapam completamente da formação contínua. Alguns deles formam-se como autodidatas prescindem da formação contínua institucional, sem que suas competências cessem de se desenvolver. Outros, que infelizmente representam mais do que uma margem, vivem com os conhecimentos de sua formação inicial e de sua experiência pessoal (...)

Infelizmente muitos destes professores não se atentam para a importância da formação continuada. Alguns não demonstram interesse alegando não ter tempo e não utilizam as atividades experimentais na metodologia de ensino por ter uma carga horária de trabalho exaustiva ou mesmo por acharem que o conhecimento que possuem é o suficiente. Essa é uma visão que necessita ser revista. O professor é uma parte importante nesse processo de construção em busca de uma sociedade igualitária. Conforme Gadotti (2004, p. 29-30): [...] “O educador é aquele que não fica indiferente, neutro, diante da realidade. Procura intervir e aprender com a realidade em processo. O conflito, por isso, está na base de toda pedagogia”. Ou seja, o educador não deve se acomodar diante de uma educação que vive em constantes mudanças, ele deve sim acompanhar essas transformações com vistas para um futuro melhor.

Esta pesquisa apresenta como delimitação do tema entender os desafios no contexto escolar frente ao professor ao lecionar a disciplina de ciências, focalizando a importância da promoção de Formação Continuada aos professores.

Apesar das várias mudanças que vem ocorrendo no contexto educacional com novas possibilidades para que se tenha uma educação de qualidade, ainda assim o ensino de ciências no país contém alguns aspectos negativos, como falta de materiais e locais adequados para se trabalhar com experiências, falta de cursos de formação continuada para que os profissionais que atuam nessa área do ensino possam agregar novos conhecimentos e assim promover um melhor trabalho com seus alunos. Por isso, a necessidade de se analisar e buscar possíveis soluções, em se tratando da disciplina de ciências. Para tanto, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte problema: Quais são os desafios no contexto escolar frente ao professor ao lecionar o ensino de Ciências?

Em decorrência do objetivo geral e do problema da pesquisa este estudo tem como objetivos específicos, compreender através da pesquisa bibliográfica o Ensino de Ciências como imprescindível na formação do cidadão, analisar as práticas metodológicas do professor referente ao Ensino de Ciências, identificar através da observação as maiores dificuldades do professor no ato de lecionar Ciências e observar se o conhecimento adquirido na formação continuada é realmente colocado em prática.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo possui como prática metodológica a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa de Campo e classifica-se como Participante descritiva. A mesma foi realizada com 10 professoras do 5º ano do Ensino Fundamental I de 5 escolas públicas localizadas no município de São Mateus/ES, para uma melhor compreensão sobre como está sendo desenvolvido este ensino e também se são ofertados cursos de formação continuada em Ciências, como na prática, sua aplicação, quais os recursos utilizados em sala de aula e por fim, quais os principais

desafios e dificuldades enfrentadas pelos professores no desenvolvimento das atividades e conteúdos de Ciências.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 BREVE HISTÓRICO E A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino de Ciências sofreu muitas mudanças no decorrer da história no Brasil e é praticado de diversas formas nas salas de aula até os dias atuais. Conhecendo essa história é possível entender como se deu essas mudanças. Em 1961 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4.024/61 a disciplina de Ciências era previsto somente para as duas últimas séries do ensino fundamental não sendo obrigatório para as séries anteriores, porém logo após, a Lei /estendeu o caráter obrigatório desta disciplina. Somente em 1971 passou a ser obrigatório nas séries iniciais do ensino fundamental depois da promulgação da Lei nº 5692. Apesar da obrigatoriedade nem todos o colocavam em prática. Os motivos eram vários desde o fato de não considerarem a disciplina importante à falta de material didático necessário.

Já na década de 80 o ensino tradicionalista predominava mesmo diante alguns reforços para renová-lo. Tinha-se uma visão tecnicista voltado para o desenvolvimento da industrialização, pois visava atender aos avanços tecnológicos. Com vistas para formação de mão de obra o ensino de Ciências passou a ter caráter profissionalizante baseado na transmissão-recepção. O professor passava o conteúdo, tomava a leitura dos alunos e posteriormente pedia que respondessem os exercícios. Sendo assim o ensino era mecânico e os alunos não passavam de simples receptores. A Ciência era neutra isenta de questionamentos. Nesta época a qualidade do ensino era medida pela quantidade de conteúdos que eram transmitidos, os alunos não questionavam, cabendo-lhes apenas responder os questionários passados pelos professores de acordo com as ideias que já viam expostas nos livros. Ou seja, o senso crítico e reflexivo não era despertado nos alunos. O que predominava nesta época como diz Paulo Freire era a educação bancária.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam (FREIRE, 2007, p.66).

Diante deste tipo de ensino, propostas para sua melhoria foram intensificadas na década de 90 e o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino Fundamental com intuito de auxiliar no ensino de ciências. Onde o documento serve para nortear o trabalho do professor na busca de novas metodologias. No entanto apesar de todos os meios e esforços criados as inovações que se pretendia não foram verdadeiramente postas em prática nas salas de aula.

São vários os questionamentos sobre a importância do ensino de ciências na vida da criança. Diante disto é relevante salientar que na sociedade no qual se vive o conhecimento científico é supervalorizado devido à crescente intervenção tecnológica, porém é impossível formar um cidadão crítico reflexivo somente com estes conhecimentos. Nas séries iniciais do ensino fundamental o ensino de ciências é de suma importância, porém no Brasil não tem a ênfase que deveria ter e não é explorada como deveria ser. Através deste, com a intervenção do professor, os alunos são capazes de entender os conceitos e construir suas próprias noções a respeito dos conhecimentos científicos e diante dos fatos e fenômenos da natureza também aprendem que existem diferentes explicações para tais fatos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais (BRASIL, 2000, p.39) deixa bem claro como o ensino de ciência deve ser organizado para que os alunos adquiram as seguintes capacidades:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformação do mundo em que vive;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje em sua evolução histórica;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;
- Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros, etc., para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informados;

- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento;
- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

O ensino de Ciências deve ser significativo e de qualidade, fazendo com que os educandos se tornem capazes de relacioná-lo com o meio no qual estão inseridos, ou seja, capazes de articular os conhecimentos com a vida real, criando condições e valores para a cidadania. Com isso o indivíduo conseguirá entender, interpretar e se necessário questionar. Por ser um ensino complexo é preciso aproximá-lo da realidade do aluno, sendo as escolas juntamente com o professor peças fundamentais para fornecer esses subsídios para a vida da criança.

Para isso o professor jamais deve deixar de considerar a realidade e as experiências de seus alunos, pois assim como eles são capazes de aprender, também podem ensinar com suas características próprias.

Segundo Gadotti (2004, p.293):

Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar e, no processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam. O processo de ensino-aprendizagem é mais eficaz quando o educando participa, ele mesmo, da construção do seu conhecimento, fazendo seu conhecimento e não apenas aprendendo o conhecimento.

Para que tais habilidades aconteçam o ensino de Ciências não deve se restringir somente ao uso do livro didático como acontece em vários casos, com meras transmissões de definições de conteúdo onde o aluno não compreende e simplesmente decora que lhe foi passado. Pois esse tipo de ensino se configura em um aprendizado mecânico. Perrenoud (2000, p.24) destaca que “conhecer os conteúdos a serem ensinados é a menor das coisas, quando se pretende instruir alguém”, os conteúdos e objetivos precisam estar relacionados.

É muito importante o educador aprimorar suas metodologias de ensino para atrair o interesse do seu aluno e potencializar a aprendizagem, despertar a curiosidade diante uma situação problema em que seja capaz de formular suas próprias respostas diante da situação. Freire (2009, p. 39) salienta que “[...] na formação

permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática [...]”. Nas séries iniciais o professor não deve apenas falar a respeito dos temas de ciências e sim usar de experimentações para que assim, através dela, os alunos comecem a questionar partindo em busca do conhecimento. É a efetivação da inter-relação do aprendizado com a realidade.

De acordo com Moura (2006, p. 98):

O professor de ciências precisa trabalhar numa perspectiva crítica, sendo agente de transformação e conscientização político-social dos educandos, formando cidadãos aptos a conviver com as mudanças da sociedade e sendo também agente de sua transformação. Para isso, o professor de ciências, como mediador em sala de aula, precisa estar atento às mudanças sociais impostas pela globalização, além de estar em sintonia com as mudanças científicas e tecnológicas do nosso tempo. Precisa possuir uma formação que lhe proporcione capacidade para trabalhar como mediador no processo de formação dos educandos.

No entanto, o responsável por ministrar a aula de Ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental I é o chamado professor polivalente. Professor licenciado em Pedagogia preparado para educação básica que além desta é responsável por outras áreas do conhecimento. E devido a uma formação precária, infelizmente o ensino tem sido descontextualizado, os professores se sentem inseguros na sistematização dos conteúdos e com isso a construção de conhecimentos por parte dos alunos não se efetiva de forma correta.

3.2 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS

Os cursos de licenciatura em Ciências têm sofrido graves consequências devido aos conjuntos de normas e ações que estabilizam as relações econômicas, políticas e sociais. Devido à procura dos estudantes por este curso, tem aumentado a sua oferta nas universidades. Foi a partir da década de 90 que os mesmos começaram a ser desenvolvidos pelas universidades públicas. Mesmo em meio tantas mudanças, a oferta da formação de ciências específica ainda é bem precária. Discutem-se muitas propostas sobre como deve ser o ensino de ciências nos cursos de licenciatura, mas raramente é vivenciada na prática.

Conforme Mizukami (2011, p. 108):

Ler, escutar, discutir propostas alternativas é diferente de praticá-las e vivenciá-las. Um dos grandes problemas dos cursos de Licenciatura é que os futuros professores raramente chegam a vivenciar propostas que foram discutidas.

Uma das soluções em que se pode pensar para superar tal problema é a da estruturação dos cursos de Licenciatura de forma que teorias e práticas pedagógicas não fossem consideradas de forma dicotomizada, mas sim que, a partir da prática, se pudesse refletir, discutir, analisar, questionar, criticar diferentes opções teóricas em confronto com essa mesma prática.

Ou seja, no ato do trabalho do professor a prática e a teoria não devem acontecer de forma separada. A formação inicial do professor tem que ser a nível superior, no entanto isto não significa garantia de qualidade na educação, levando em conta os critérios citados acima e nem desenvolvimento profissional por partes dos professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2013), no seu artigo 43 diz que a educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

É explícita a finalidade da educação superior, entretanto nem sempre o que está na lei acontece de fato. Mas a realidade é que a escola traz consigo a necessidade de se ter profissionais mais preparados para atuarem na área. A formação inicial tem que possibilitar aos educadores uma reflexão constante sobre sua atuação profissional e sobre os problemas que irão enfrentar, ou seja, um educador reflexivo

com atitudes que contribuam com a transformação da sociedade. A mesma deveria atender a essas expectativas, contudo não é o que acontece.

Segundo Duarte (2013, p. 25):

A formação de professores tem caracterizado um campo complexo, por envolver processos sistemáticos e organizados, seja pelos professores, pelos gestores ou pelas Secretarias Municipais de Educação. Compreendemos que para desenvolver a prática reflexiva na Educação Infantil requer aquisição, aperfeiçoamento e enriquecimento de profissionais através de trabalhos individuais e coletivos, capazes de alterar e intervir no currículo e na escola de forma a modificar a estrutura já existente.

A educação infantil e os anos iniciais devem ser bem firmados justamente por serem tidos como a base da educação. Por isso o professor de ciências não deve se restringir somente a formação inicial, pois trabalhar com alunos nesse nível de ensino requer uma aula mais lúdica, integrada e respeitando os conhecimentos prévios dos alunos. Portanto, a formação continuada é importante justamente pelo fato de dar continuidade a formação inicial, fazendo com que os professores reflitam sobre sua prática cotidiana.

Os educadores de Ciências ao ingressarem na área encontram muitos desafios. Como já foi dito, por serem profissionais polivalentes e por ter tido uma formação precária, a sua falta de domínio reflete no desenvolvimento e no ensino aprendizagem de seus alunos. Ao se depararem com a realidade nas salas de aula não conseguem relacionar teoria e prática, fazendo com que a sistematização da educação científica não se concretize de fato. É interessante salientar que a escola tem que auxiliar seus alunos diante das mudanças científicas e tecnológicas que estão ocorrendo.

Freire (1996, p.68-69) afirma que:

Como professor preciso me mover com clareza na minha prática. Preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que me pode tornar mais seguro no meu desempenho. [...] A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo de plantas.

Apesar do enfoque deste artigo ser a formação continuada, não tem como abordá-la sem falar da formação inicial. Pesquisas apontam que a qualidade do trabalho do professor está ligada a sua formação, porém é preciso que se atente para a questão de que essa formação é complexa. A conclusão do ensino superior por si só não é o suficiente para uma atuação de qualidade e eficiente e nem contribui para o desenvolvimento profissional. O professor preparado reflete no desempenho do aluno.

Geralmente a má qualidade do ensino de ciências está relacionada à deficiente formação dos educadores.

Para Duarte (2013, p. 22):

Além do pouco tempo de estudo inicial, acreditamos que o professor se faz professor por meio da docência, entendida como práxis – síntese, teoria e prática. Sendo assim, o professor é levado a agir teoricamente com base no pensamento teórico-prático, aprende na atividade da docência enquanto atividade prática humana que o desenvolve. Nesse sentido caracteriza um processo em longo prazo, impossível ser aprendido em apenas quatro anos.

Daí a grande importância de uma formação continuada com vistas para a educação do futuro, pois é parte fundamental, constituindo-se numa reflexão sobre a prática, ou seja, é um processo constante de ação-reflexão-ação por parte dos educadores. No entanto, a melhor maneira de aprimorar sua prática é refletindo sobre a mesma.

Assim, o processo de formação continuada se faz importante por ser através dele que o professor se instrumentaliza melhor para o desempenho de sua função, atendendo aos desafios propostos pelo seu contexto. Implementar uma educação de qualidade implica investir em políticas contínuas de formação de professores, com ações claras e definidas (CAVALCANTI, 2004, p. 16).

É um ato contínuo de avaliação e reformulação. Isto exige que o educador coloque sua formação à frente de constantes estudos. Contudo, espaços que forneçam essa complementação para os professores que possuem consigo somente a formação inicial são essenciais para que se mantenham atualizados. O professor é um dos principais profissionais que precisam manter-se atualizados, propiciando a ligação entre a função de ensinar e estudar até porque é condição primordial sua valorização profissional e desempenho de habilidades e conhecimentos exigidos pela sua função social.

Conforme Bastos e Silva (2012, p.152):

Em síntese, (re)pensar/discutir a formação docente para o Ensino de Ciências significa perceber que a valorização do conhecimento científico e tecnológico pela sociedade contemporânea exige do professor a realização de um trabalho que rompa com os conceitos que lidam com as Ciências de forma dogmática, acrítica e descontextualizada da realidade global, a fim de que ele possa contribuir para a formação de cidadãos críticos, alfabetizados cientificamente³. Por conseguinte, é também importante que este profissional da Educação busque a consolidação de sua formação continuada de maneira que ele possua condições de promover interações entre os sujeitos da aprendizagem e os conhecimentos científicos, para que se favoreçam interlocuções que permitam, entre outras coisas, a apropriação desses conhecimentos pelos estudantes e, paulatinamente, por toda a sociedade.

A formação Continuada é essencial como mecanismo de auxílio na vida do professor, para que ele consiga administrar sua aula buscando despertar em seu aluno o interesse e a curiosidade pelo aprendizado. Mesmo em meio a tantos debates, dificuldades e resistência ainda assim analisando toda evolução do ensino de ciências é possível notar que há transformações positivas. Existem aqueles professores preocupados em melhorar seu ato de lecionar e principalmente preocupados em ajudar seus alunos a atingir um ensino aprendizagem de excelência e inseri-los na sociedade a maneira como deve ser.

3.3 POSSIBILIDADES PARA UM ENSINO DE CIÊNCIAS SATISFATÓRIO

São vários os problemas que precisam ser revistos na educação para se atingir um ensino satisfatório, desde a falta de professores qualificados em especial na área científica, os baixos salários, falta de material escolar como laboratórios, falta de investimentos, rotação de profissionais onde são mudados anualmente, entre vários outros. Como aqui citado anteriormente, a formação inicial é elemento importantíssimo e indiscutível, no entanto somente este conhecimento adquirido na graduação não é o suficiente afirmando assim que a Formação Continuada é um dos principais recursos e uma das possibilidades para que se atinja um ensino de ciências satisfatório refletindo assim numa educação de qualidade.

Segundo Bastos e Bonzanini ([s.d.], p.7):

A formação continuada, portanto, precisa superar os limites do repasse de informações desvinculadas do contexto, porque é uma formação que se dá

após a formação inicial, então, com sujeitos que são trabalhadores em exercício, numa dada realidade, podendo garantir unidade entre o cognitivo, o afetivo e o motivacional, ampliando os alcances na construção de uma cultura docente diferenciada. Sendo assim, não pode ser concebida apenas como um meio de acumulação de cursos, palestras, seminários, ou transmissão de conhecimentos ou técnicas, mas um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de construção permanente de uma identidade pessoal e profissional em interação mútua.

É necessário que se invista em mais cursos de formação continuada para que o profissional da educação aprimore seu trabalho com vistas na melhoria do ensino. Com a oferta desses cursos e com o desejo do professor de estar se atualizando sempre as escolas também tem que ir de encontro com essas transformações. De nada adianta o educador querer mudar a metodologia de ensino dentro da escola se na mesma não encontrar recursos para desenvolver o que aprendeu na formação continuada. A escola como espaço educacional tem que estar preparada para atender as demandas do ensino.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p.25):

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação. O conteúdo e a metodologia para essa formação precisam ser revistos para que haja possibilidade de melhoria do ensino. A formação não pode ser tratada como um acúmulo de cursos e técnicas, mas sim como um processo reflexivo e crítico sobre a prática educativa. Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho.

As escolas devem estar devidamente estruturadas com equipamentos, ferramentas, instrumentos, livros didáticos adequados, bibliotecas, materiais, etc. Quando se fala em estar em constante formação e esta formação mostra novos meios de ensino aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento do ensino aprendizagem do aluno é importante que os subsídios necessários para se ensinar os conteúdos não estejam à disposição do professor e da escola. O que é o caso de muitos espaços escolares atualmente, que não possuem nem materiais básicos para suas atividades diárias. Uma necessidade que precisa ser analisada imediatamente.

Para Santos (2014, p.02):

Objetivando superar as dificuldades deixadas pelo ensino tradicional, os estudiosos em ensino de um modo geral, e em particular, no ensino de Ciências Naturais, vêm cada vez mais explorando novas alternativas metodológicas para facilitar e auxiliar o professor no processo de ensino-

aprendizagem dos alunos, valorizando a utilização de diversos recursos didáticos pedagógicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais nos falam sobre a importância de se ensinar ciências através do uso de experiências e essa é uma das grandes possibilidades que podem ser utilizadas com ferramenta para se melhorar o ensino de ciências. É difícil imaginar uma aula sem experimentação, sabendo que o conhecimento construído pelo aluno é por meio da observação. No entanto para a realização de alguns experimentos são necessários materiais que por muitas vezes a escola não tem, como recipientes, ambiente climatizado, ou seja, não oferece um local adequado, um laboratório científico para que seja realizada a integração da teoria com a prática. Superar as limitações que impedem que o professor realize seu trabalho é fundamental.

Cruz (2009, p.22) afirma que:

O uso do laboratório didático, no ambiente educacional, toma dimensões gigantescas e se torna de extrema valia aos professores que utilizam as atividades experimentais em suas aulas. Sabemos, contudo, que nem todos o utilizam, gerando uma maior dificuldade na assimilação dos conhecimentos por falta de atividades práticas, o que, por sua vez, prejudica a construção do conhecimento, pelo educando. A discordância entre a importância dada pelos docentes e a pouca realização dessas atividades, na prática pedagógica, podem estar associadas à falta de clareza que ainda se tem quanto ao papel do laboratório no processo ensino-aprendizagem. É bom destacar, também, que em grande parte das escolas brasileiras, os laboratórios estão sucateados, dada a falta de investimentos dos entes públicos, que não oferecem as condições mínimas necessárias à sua modernização ou até mesmo à reposição dos equipamentos que os compõem.

Nota-se que o uso do laboratório científico e de informática é de suma importância para o aprendizado. Por isso reforça-se aqui a necessidade de investimento em laboratórios para o ensino de ciências. Contudo destaca-se a necessidade do planejamento. É necessário que o professor esteja sempre planejando suas aulas de forma dinâmica e atrativa, para que a teoria complemente a prática e vice versa. Porém, na falta de recursos adequados, o professor deve exercitar sua criatividade usando de outras possibilidades como utilizar os recursos naturais, fazendo uma relação entre o cotidiano e a Ciências, como visitas às imediações da escola, observações de animais, plantas, fogo, água, ar, e rochas. Tudo isso faz parte do ensino de ciência e contribui para um ensino com resultados cada vez mais satisfatórios.

Segundo Santos (2014, p.02):

É de fundamental importância que os professores percebam que, os recursos não representam apenas aqueles contidos em um laboratório de ciências, ou o livro didático, mas também, de maneira mais abrangente, os mais variados componentes do ambiente que podem dar origem a estimulação, tanto para os alunos como para os professores, nos diversos momentos que envolvem o ensino e a aprendizagem científica. Componentes estes que podem servir como recursos didáticos alternativos nas salas de aula e representarem um excelente caminho para o enriquecimento das aulas de ciências, superando até a inexistência de laboratórios nas escolas.

É importante também que o diálogo e a afetividade façam parte deste contexto, para que haja interação entre as diferentes formas de pensar de professores, alunos, livros, dentro da sala de aula para que o ensino aprendizagem faça sentido. O professor precisa saber utilizar esse espaço para decifrar os pontos positivos e negativos no desenvolvimento do aluno e se realmente os objetivos traçados estão sendo atingidos.

Conforme Tassoni ([s.d.], p.3-4):

Toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular. Pensando, especificamente, na aprendizagem escolar, a trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita, etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações.

O livro didático também pode ser visto como uma excelente ferramenta de ensino se bem preparado, se bem escolhido de acordo com a realidade de cada aluno e se bem utilizado pelos professores. Muitos o utilizam como único recurso de trabalho e como um manual na falta de um planejamento adequado e outros dispensam o seu uso por não achá-lo tão importante. Exemplos de mau uso é o fato dos livros de Ciências virem acompanhados de experiências para serem colocadas em prática em sala de aula para uma melhor compreensão do conteúdo por parte do aluno, no entanto a grande maioria dos professores não as faz, simplesmente utilizam do improvisado. É um fato que necessita ser revisto para contribuição de um ensino satisfatório.

Para Oliveira (2011, p.47):

O livro didático tem grande influência no currículo escolar, entretanto, cabe ao professor selecionar este material conforme sua realidade tendo consciência que este instrumento desenvolve importante papel como mediador entre o saber científico e as possíveis transformações a serem ocorridas em sociedade.

Além de todos os meios aqui abordados, a interdisciplinaridade faz parte da construção do conhecimento como um complemento. O ensino de Ciências não deve ser trabalhado de forma fragmentada das demais disciplinas e sim acontecer de maneira contextualizada e dialógica, propiciando a resolução de problemas e compreensão de fenômenos para estabelecer um aprendizado significativo. Além destas, existem muitas outras possibilidades de se ensinar Ciências com mais eficácia, entretanto melhorar a educação com certeza não é uma tarefa fácil. É algo que exige dedicação de tempo, investimentos, e vontade por parte dos professores sendo o educador uma das peças fundamentais deste contexto.

4 DISCUSSÃO DA PESQUISA

Observou-se no ato de lecionar 10 professoras de Ciências do 5º ano do Ensino Fundamental I de 5 escolas públicas do Município de São Mateus/Espírito Santo. O intuito desta observação era colher o máximo de informações possíveis para se ter uma noção de como está sendo desenvolvido o ensino de Ciências, se o mesmo está contribuindo efetivamente na formação do aluno e saber também se os professores participaram de cursos de Formação Continuada, visto que estar em constante formação é essencial para que se busque alcançar uma educação de qualidade. Pretende-se com esta pesquisa contribuir para uma melhor reflexão sobre o ensino de Ciências, pois o mesmo contribui em larga escala na formação do cidadão.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000, p. 25):

Ao se considerar o ensino fundamental o nível de escolarização obrigatório no Brasil, não se pode pensar no ensino de Ciências como um ensino propedêutico, voltado para uma aprendizagem efetiva em momento futuro. A criança não é cidadã do futuro, mas já é cidadã hoje, e, nesse sentido, conhecer ciência é ampliar sua possibilidade presente de participação social e viabilizar sua capacidade plena de participação social no futuro.

Quando perguntados sobre o oferecimento de formação continuada voltada para a disciplina de Ciências aos educadores, todos os 10 (dez) foram unânimes em dizer que não tiveram nenhum tipo de curso ou formação voltados para o mesmo. Inclusive uma delas disse que participou somente de um encontro para divulgação de uma formação que futuramente iria acontecer, mas que até o presente momento não aconteceu. As dificuldades relatadas por todos são as mesmas, como por exemplo, falta de recursos materiais para que possam desenvolver um melhor método de ensino, falta de espaço e equipamentos adequados para a execução e análises de experiências. Para melhor ilustrar os resultados dessa pesquisa, seguem alguns registros das observações das aulas:

Na escola E1: 2 (Duas) professoras relataram que confeccionam sempre que possível seus instrumentos para que a aula fique mais dinâmica e desperte o interesse do aluno, como para ensino das camadas da Terra utilizam o abacate partido ao meio; com relação à rotação da Terra utilizam o globo terrestre e velas ou lanterna para simbolizar o processo de translação.

E2: O conteúdo trabalhado por outras 2 (Duas) professoras, ambas em salas diferentes tinha como tema o meio ambiente. Falavam sobre os lixões, tipos de materiais recicláveis. Foi observado que o método de ensino utilizado por essas professoras ainda é o tradicional onde leram e reproduziram apenas o que estava no livro didático, em seguida os alunos foram orientados a copiar e responder as atividades que estavam no livro.

E3: 2 (Duas) professoras trabalham com montagem de maquetes pelos próprios alunos de acordo com o que está no livro; uma delas nos relatou que no ano anterior utilizava-se muito o recurso da lousa digital com internet, porém neste ano este recurso não está disponível, pois só podem usá-lo com o auxílio de algum responsável pelo laboratório de informática, mas até o presente momento não foi contratado pelo município ninguém para esta função. Sendo assim, este material que é bem útil, fica trancado por falta de alguém capacitado que o manuseie, já que nem mesmo os professores possuem a capacitação para que possam utilizá-los. A formação continuada poderia ser um meio para preparar estes professores para utilizarem este recurso tão útil e rico ao planejamento.

E4: Esta Unidade de Ensino funciona por tempo integral e foram observadas duas aulas de Ciências de uma professora onde foi totalmente diferente das anteriores. A professora utilizou uma experiência para explicar o conteúdo do livro que era a “combustão”. Ela usou materiais como velas, fósforo, pires, vidros e água. Foi uma aula muito dinâmica e atrativa. Os alunos se mostraram bastantes interessados em aprender. Segundo relato da professora,—uma das grandes dificuldades de se trabalhar nessa escola é o fato de ser uma escola integral vista pelos governantes municipais como uma escola parcial. Isso faz com que não tenha material suficiente para trabalhar com os alunos. Relatou também que a escola possui laboratório de informática, porém todos os computadores foram roubados e isso faz com que use seu próprio celular para fazer suas pesquisas e montar os planos de aula. Para ela um dos grandes desafios é despertar o interesse dos alunos diante de tantos obstáculos. Em se tratando do momento percebe-se que devido à visita à escola para a observação das aulas de Ciências terem sido agendadas com antecedência, a professora preparou propositalmente uma aula mais dinâmica com o uso da experiência. O que favoreceu essa conclusão foi à observação à reação dos alunos, pois se notou que, infelizmente esta não é uma prática constante em sala de aula nem nas aulas de Ciências.

E5: As 3 (três) professoras do 5º do ensino fundamental desta escola são educadoras há muito tempo e a aula lecionada também foi com o auxílio do livro didático onde os conteúdos foram transmitidos sem nenhuma metodologia diferenciada. Ambas relataram que não participaram de nenhum curso de Formação Continuada. Uma dessas professoras tem um aluno com Síndrome de Down. Durante a aula ele fica sentado no canto brincando com alguns jogos com a ajuda de outro aluno que não possui a mesma deficiência. A professora relata ser o único meio de interagi-lo e não deixá-lo sem fazer nada. O conteúdo do livro ensinado por ela neste dia tinha como título Nossa Alimentação: Nossa saúde.

Em outra sala dessa mesma escola o conteúdo trabalhado era sobre invenções onde os alunos leram e responderam questões prontas do livro, no entanto ao observar o livro viu-se que tinha uma atividade bastante interessante que era inventar um aspirador de pó com materiais muito simples como garrafa PET.

Atividades essa que a professora simplesmente deixou de lado sem que fosse realizada.

Depois de serem acompanhadas de perto as aulas dos professores citados acima ficou claro que a maioria deles ainda faz uso do método tradicional de ensino. Aulas onde os professores transmitem o conteúdo e os alunos reproduzem sem questionamento. Apesar de quatro delas dizerem que criam mecanismos diferenciados para que sua aula fique mais dinâmica despertando o interesse do aluno, no dia da observação isso não ocorreu. Foram aulas ministradas com o auxílio do livro didático onde os alunos liam e respondiam o que estava nos livros. Outras seis professoras também transmitiram suas aulas no mesmo ritmo, com o uso do livro didático sem acrescentar nada de diferente. Ou seja, um ensino de conceitos prontos. Somente uma professora deu uma aula diferenciada onde toda sua turma se interessou pelo conteúdo que foi passado através de experiência. Experiência esta que fazia parte do livro didático. No entanto observou-se que esta educadora só aplicou este tipo de aula devido a nossa visita. Todas relataram que há muito tempo o município não oferece nenhum tipo de Formação Continuada voltado para o Ensino de Ciências.

Diante destes pressupostos, analisa-se que o Ensino de Ciências ainda requer melhorias. São professores que utilizam métodos ultrapassados, visto que o mundo se transforma constantemente. Notou-se que o comodismo faz parte da rotina desses educadores, pois os livros também é um bom recurso para se lecionar, porém não são utilizados pelos mesmos como deveria. A formação Continuada não faz parte do dia a dia do professor não sendo ofertada pelo município, no entanto é necessário que busquem e lutem por essa Formação.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou a compreensão de como são ministradas as aulas Ciências em algumas regiões do município de São Mateus/ES onde se focou na importância da formação continuada em meio aos desafios enfrentados pelo professor. Foram observadas na prática quais são as grandes dificuldades destes educadores no ato de lecionar esta disciplina como, por exemplo, a falta de

materiais adequados para os experimentos, investimentos, o mau uso do livro didático, desinteresse por parte dos mesmos e a falta de oferta de cursos de formação continuada. Foram analisadas também as possíveis possibilidades para que este ensino se desenvolva com qualidade, favorecendo a aprendizagem dos alunos.

Conclui-se que o ensino de Ciências é imprescindível na formação do cidadão, pois permite que o mesmo tenha uma melhor compreensão de mundo, no entanto ainda requer mudanças. Percebe-se que alguns educadores ainda utilizam como prática metodológica a abordagem tradicionalista, sem tomar consciência do seu inacabamento. Diante disto fica evidente a importância da formação Continuada como ferramenta de auxílio no dia a dia do professor bem como o interesse por parte dos mesmos em contribuir positivamente para uma educação de qualidade.

Através desta pesquisa foi possível conhecer a realidade de uma determinada região. Recomenda-se que seria de suma importância que demais estudos sobre o Ensino de Ciências e suas práticas fossem aplicados nas demais regiões para saber como se encontra este ensino nestas localidades e para auxiliar os educadores na reflexão sobre seu trabalho.

REFERÊNCIAS

BARRADAS, Cecília Maria. O Ensino de Ciências e Formação de Professores que atuam nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Cascavel– PR. 2008. 106 f. Dissertação (Pós – Graduação em Educação Científica e Tecnologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC. 2008.

BASTOS, Fernando; SILVA, Vania Fernandes e. Formação de Professores de Ciências: reflexões sobre a formação continuada. ALEXANDRIA – Revista De Educação Em Ciências E Tecnologia, 2012, n. 2, v.5, p. 150-188, Set, 2012.

_____. BONZANINI, TaitiânyKárita. Formação continuada de Professores de Ciências: algumas reflexões. Disponível em:
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://posgrade.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/644.pdf&gws_rd=cr&ei=N6hIV4buEoG5wASaxLHACA.
 Acesso em: 22 abr. 2016.

BERVIAN, CERVO, DA SILVA, Amado L. Pedro A. Roberto. Metodologia Científica. 6ª. Ed. São Paulo. Person, 2006.

BONATTO, Andréia et al. Interdisciplinariedade no ambiente escolar. 2012.
Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2414/501>. Acesso em: 24 out.2016.

BRASIL, Ministério da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, SEF, 1997.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências naturais. 2ª. Ed. Brasília, DP&A, 2000.

CAVALCANTE, Glória Maria Duarte. Formação Continuada de Professores de Ciências na rede Pública Estadual de Pernambuco. 2004. 117 f. Dissertação (Pós – Graduação em Ensino das Ciências) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco. 2004.

CRUZ, Joelma Bonfim da. Laboratório. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

DOURADO, Sandra Maria de Araújo. Ensino de Ciências no 5º ano do Ensino Fundamental: o currículo modelado e aspectos do currículo em ação. 2015. 135 f. Dissertação (Pós – Graduação em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/124144>. Acesso: 07 abr. 2016.

DUARTE, Luciana Cândida. Formação Continuada: professores da educação infantil da rede municipal de Catalão – GO. 2013. 135 f. Dissertação (Pós – Graduação em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão – GO. 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis, São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª. Ed. 4ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo: E.P.U, 2011.

MOURA, Francisco Marcôncio Targino de. Professores de Ciências em Ação: uma perspectiva de formação docente. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Ceará. 2006. Disponível em: <http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/Dissertacao%20Marconcio.pdf>. Acesso em: 23 de abr. 2016.

NASCIMENTO, Fabrício; FERNANDES, Hylío L.; MEDONÇA, Viviane M. de. O Ensino de Ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais. REVISTA HISTEDER On-line, 2010, n. 39, p. 225-249, Set, 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/39/art14_39.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016

OLIVEIRA, Simone Carvalho de. A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA E O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS NATURAIS NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2011. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/DISSERT%20Simone.pdf>. Acesso em 22 de out. 2016.

PERRENOUD, Philippe. 10 Novas Competências para Ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Iris Moreira dos. Recursos Didáticos Nas Aulas De Ciências Nas Séries Finais Do Ensino Fundamental. 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9703/1/2014_IrisMoreiraDosSantos.pdf. Acesso em: 24 out. 2016.

SILVA, Michele Alves da. Como a História das Ciências pode contribuir na construção da cidadania no Ensino Fundamental I. [s.d.]. Disponível em: <http://www.13snhct.sbhc.org.br/resources/anais/10/1345058330_ARQUIVO_resumoparao13simposio_USP_Ric-1.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016

SOARES, Alessandro Cury; KORTMANN, Gilca Lucena; MAUER, melissa Boldt. Ensino de Ciências nos anos iniciais do ensino fundamental: possibilidades e desafios em Canoas – RS. UNILASALLE – Revista Educação, Ciências E Cultura, 2013, n. 1, v. 18, Jan/Jun, 2013.

TASSONI, Elvira Cristina Martins, Afetividade E Aprendizagem: A Relação Professor-Aluno. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44850674/ANPEd_2000.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1477957623&Signature=4snCAO9svwnOhpxxk7OVzIKKoL4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAFETIVIDADE_E_APRENDIZAGEM_A_REL_ACAO_PRO.pdf. Acesso em: 31 out. 2016.

OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR COMPARTILHADA: CONHECENDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Fabiano Ewald Venturini¹
Lúcio Marques Peçanha²
Thiago Boldrini³

RESUMO

A constante melhoria do sistema de ensino e da escola é um objetivo perseguido pela administração da educação. As políticas públicas evoluem, e com elas evoluem os paradigmas gerenciais. Buscam-se soluções para o gerenciamento e a qualidade educacional mediante a parceria com os que fazem a educação acontecer no cotidiano da escola. Todavia, a parceria iniciada e todas as discussões sobre os novos paradigmas gestores não podem escamotear a possibilidade da simples adoção pela escola dos novos padrões gerenciais da organização. É preciso que haja uma coordenação, uma parceria entre gestor, escola e comunidade para que aconteça, conseqüentemente, sucesso na administração escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública Escolar. Desafios. Gestão Democrática.

ABSTRACT

The constant improvement of the education system and the school is an objective pursued by the administration of education. Public policies evolve, and with them the managerial paradigms evolve. We seek solutions for management and educational quality by partnering with those who make education happen in the daily life of the school. However, the partnership initiated and all discussions about the new managerial paradigms can not conceal the possibility of the simple adoption by the school of the new managerial standards of the organization. There needs to be coordination, a partnership between manager, school and community so that there is consequently success in school administration.

KEY WORDS: Public School Administration. Challenges. Democratic Management.

¹Graduado em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo

² Graduado em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo

³ Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se tem discutido sobre a temática da administração escolar, buscando encontrar alternativas que visem à efetiva gestão democrática dentro do âmbito da escola pública. Buscando, assim, a implementação de novas posturas e relações do gestor perante os membros da unidade social. Sobre essas transformações Lück afirma:

O ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar, na tentativa de dar eficácia à escola e universalizar o seu acesso. Nunca antes na história do Brasil a questão da educação pública foi tão evidente na mídia, na vida, na política e na consciência do cidadão comum. Vem-se reconhecendo amplamente que a educação é um elemento fundamental no desenvolvimento social e econômico e que o ensino no país [...] (LÜCK. et.al. 2005, p.9)

Contudo, a implementação de uma gestão escolar participativa democrática, é hoje uma exigência da sociedade, que entende esta como um dos possíveis caminhos, para uma boa escola, integrando seus alunos em uma sociedade mais democrática. É o que nos remete Lück (2009) ao afirmar que: “Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los.”(LÜCK, 2009b, p. 16).

Portanto, neste novo contexto educacional a natureza da educação, as finalidades da escola e o trabalho daqueles que atuam nesse meio se tornam cada vez mais complexas e abrangentes, exigindo uma mudança na visão conservadora que ainda se mantém em grande parte das escolas públicas brasileiras. É preciso entender a gestão participativa como um enfoque de atuação e não como um fim em si mesmo, pois seu objetivo principal deverá ser sempre a efetiva aprendizagem dos alunos.

ENTENDENDO A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

O ato de administrar, gerir uma instituição que promova a participação de todos os atores envolvidos no processo educacional de forma democrática, para que assim ocorra a busca pela melhoria do ensino é, sem dúvida, um grande desafio. Hoje em dia muito se tem ouvido falar em gestão democrática nas escolas públicas. Ela vem

substituir o autoritarismo empregado durante décadas, envolvendo todos os segmentos sociais que compõem a escola, para proporcionar uma reflexão quanto ao papel do gestor na busca de uma escola pública de qualidade.

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização de competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais(LÜCK, 2006, p.21).

Esse modelo de gestão tem se tornado na área educacional um dos motivos mais frequentes para reflexões, debates e iniciativas públicas, a fim de dar sequência a um princípio presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentre os princípios na referida lei, o Projeto Político Pedagógico é indispensável para a elaboração de uma proposta pautada nos trâmites democráticos.

De acordo com a Lei nº 9394/96 no artigo 14, a elaboração da proposta pedagógica deve contar com a participação dos profissionais da educação, na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, levando em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino.

Outro componente básico referido no artigo é a constituição do Conselho Escolar, formado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar cuja a função é gerir coletivamente a escola, fiscalizando a verba com transparência na prestação de contas; além da avaliação institucional escolar e promoção da eleição direta para diretor.

Uma gestão escolar democrática, a própria palavra nos diz, promove a redistribuição de responsabilidades, ideia de participação, trabalho em equipe, decidir sobre as ações que serão desenvolvidas, analisa situações e promove confronto de ideias, procura-se, assim, o êxito de sua organização, através de uma atuação consciente(PAULA; SCHNECKENBERG, 2008 p: 10).

A gestão democrática pode melhorar o ensino de uma escola. Com o currículo integrado e avaliação permanente, que propõe o respeito às diferenças, aprendendo a escutar e conciliar as opiniões. A Proposta Pedagógica na gestão democrática deve ser de acordo com a realidade da escola e não é de responsabilidade somente

do diretor, sua elaboração deve ser coletiva, pois o projeto pedagógico é um processo contínuo.

A PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS INFLUÊNCIAS NA COMUNIDADE

Sabe-se que é de fundamental importância a contribuição da escola para a comunidade e para sociedade em geral, pois a mesma faz com que o indivíduo compreenda o mundo e perceba a sua importância na sociedade, podendo assim exercer sua cidadania para que tenhamos um mundo melhor. Faz-se necessário na escola uma administração coletiva, onde exista a participação de toda comunidade escolar nas decisões do processo educativos, criando assim a democratização das relações que existem na escola facilitando o desempenho administrativo pedagógico da instituição.

O gestor por sua vez, deverá estar ciente do seu papel, o qual deve ter dimensão política, com ação participativa. É notória neste contexto a necessidade de uma prática administrativa onde o gestor traduz o seu compromisso com uma ação educativa revolucionária.

Quer pela transmissão de um saber objetivo, quer pela promoção de uma consciência crítica da realidade social, visa precisamente servir de um instrumento de superação da dominação e da exploração vigente na sociedade (PARO, 2001, P.151).

Sendo assim, numa gestão democrática o gestor precisa estar comprometido com educação, mostrar para o educando que além do conhecimento é necessário que se tenha uma consciência crítica do contexto social política e econômica. Somente assim, ele terá base para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A prática da gestão democrática requer a participação efetiva de pais, educadores, alunos e funcionários da escola em prol da educação trabalham todos juntos, procurando solucionar os problemas da escola e buscando sempre desenvolver uma consciência crítica do aluno, afim de que o mesmo desperte o seu potencial e aja com autonomia no momento de decisão.

Democratizar o ensino, não é só instalar uma escola pública atendendo os reclames da população é preciso garantir não só que as crianças tenham acesso a escola, mas, que também aprendam com vontade e prazer e não desistam depois de algum tempo. Por isso a escola precisa funcionar bem, tornando-se democrática.

A gestão democrática exige a compreensão e a profundidade dos problemas posto pela prática pedagógica. E visa romper com a separação entre pensar e fazer entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p. 18)

Diante dessa fala do autor, entende-se que a gestão de uma escola pública é algo que deve ser exercido por educador que chegue nesse cargo através de uma eleição direta onde a própria comunidade faça sua escolha. Sabe-se que não é só do gestor a tarefa de administrar, mas principalmente de todos envolvidos no processo de educação.

No contexto da gestão democrática a comunidade é chamada para participar das tomadas de decisões, por várias razões, uma delas é o próprio processo de democratização da sociedade, ampliando os canais de participação. Outra grande razão é que a escola não está isolada, mas, inserida numa comunidade cuja população tem expectativas e necessidade específicas. Partilhando a gestão com a comunidade a escola fixa raízes, vai além da busca de soluções próprias mais adequadas às necessidades e às inspirações dos alunos e suas famílias, conquistando aos poucos a autonomia para definir o seu projeto educacional.

Quando ampliamos o número de pessoas que participam da vida da escola, é possível estabelecer uma relação mais flexível e menos autoritária entre educadores e clientela escolar, esse desafio precisa ser enfrentado na prática com ações e reflexões teóricas profundas e coletivas para que o processo de participação comunitária aconteça de fato nas escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização e gestão escolar passa a se apoiar em novos valores, dentre os quais, o compartilhamento da responsabilidade e do poder. O papel assumido pelo gestor ganha relevância e ele é visto como um elemento fundamental para instaurar

a gestão participativa no interior da escola e na integração com a comunidade. A tomada de decisões conjuntas a partir do “consenso” da comunidade escolar é considerada uma importante característica da gestão competente e eficiente.

A gestão democrática deve ser assumida como um princípio que se nutre no seio das relações éticas, transparentes e no compromisso coletivo com a qualidade do ensino que a escola oferece. Para tanto, o debate, o confronto de diferentes ideias, argumentos e pontos de vista, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar, deverá permear todo o processo de tomada de decisões.

A escola pode e deve ser um local de transformação social. Nós, educadores não podemos abrir mão disso, apesar da percepção dos limites, impostos pelo contexto social, político e econômico é nesse mesmo contexto que temos que buscar as possibilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96.

LÜCK, Heloisa. A Escola tem a cara do seu Diretor. Jornal do Professor. Entrevista concedida a Renata Chamarelli. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=5&idCategoria=8&idConteudo=93>. Acesso em: 26/10/2015.

LÜCK, Heloísa. et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LÜCK, Heloísa. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo 2009b.

PAULA, Roseli Lopes de; SCHNECKENBERG, Marisa. Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI. Revista Eletrônica Latus Sensu-Ano3, nº1, março de 2008. Disponível em: <http://www.unicentro.br> . Acesso em: 14/11/2015.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2001.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. Campinas, Papyrus, 1997.

EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO DE LEITORES ATRAVÉS DA LEITURA DE HISTÓRIAS

Andressa De Jesus Xavier Fanticheli¹

Dalila Polato Mantegazine²

Grazielli Bruna Altoé³

Maria Aparecida Santos Rocha⁴

RESUMO

O presente trabalho aborda a importância da leitura de histórias nas escolas de Educação Infantil como estímulo à formação de futuros leitores. A pesquisa teve como objetivo investigar como a prática intencional de leitura de histórias na Educação Infantil pode contribuir para o desenvolvimento da criança, despertando o hábito e o gosto pela leitura antes mesmo da criança saber decodificar as palavras escritas. Buscou-se ainda compreender como o professor pode contribuir para esse processo e quais os cuidados e recursos mais indicados para despertar o futuro leitor. Por meio de pesquisas bibliográficas verificou-se que ainda hoje o ato de ler histórias nas escolas de Educação Infantil é visto por muitos educadores apenas como uma forma de distrair e acalmar a criança, sem a preocupação com sua real importância e benefícios. Em contrapartida, após leituras e análises, observou-se que quando a leitura de histórias infantis é feita de forma dinâmica e criativa, a criança pode desenvolver o gosto pelos livros e pela leitura, cultivando-o ao longo da vida. Além disso, a leitura de histórias é um importante recurso para o desenvolvimento da imaginação e do processo de ensino aprendizagem da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Professor. Leitura. Histórias. Criança. Leitor.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of reading stories in Elementary Schools as an incentive to form future readers. This research aimed to investigate how the intentional practice of reading stories in elementary school can contribute to the child development, arousing the habit and the taste of reading even before the child knows how to decode written words. It has also sought to understand how the teacher can contribute to this process and which care and resources are best suited to awaken the future reader. Through bibliographical research it was found that still today the act of reading stories in early childhood education is seen by many educators only as a way to distract and calm the child, without worrying about its real importance and benefit. In contrast, after reading and analysis it was observed that when the reading of children's stories is done dynamically and creatively, the child may develop a taste for books and reading, cultivating it throughout his/her life. In addition, the storytelling is an important resource for the development of imagination of the child and his/her learning process.

KEYWORDS: Professor. Reading. Stories. Child. Reader

¹Graduada em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix

³ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix

⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – Multivix.

1 INTRODUÇÃO

Estimular o gosto e o prazer pela leitura, incentivando a formação do hábito de ler é hoje um grande desafio encontrado pelas escolas (CARVALHO, 2007). Estima-se que a leitura de histórias infantis pode proporcionar à criança um grande estímulo para a sua imaginação e para o seu aprendizado. Porém, infelizmente fazer com que as mesmas gostem de ler não é uma tarefa tão simples assim, pois geralmente os próprios pais não têm essa cultura, “tendo em vista que muitos alunos ao ingressarem na escola tiveram pouco ou nenhum contato com livros literários” (ALVES; ESPÍNDOLA; MASSUIA, 2011, p. 106), ficando o estímulo a leitura a cargo da escola.

Optou-se por escolher a Educação Infantil, pois avalia-se que a criança que tiver experiências positivas e adequadas a sua faixa etária com livros infantis já nos primeiros anos de escolarização terá grandes possibilidades de ser um bom leitor no futuro, uma vez que é através dos “livros infantis e das atividades proporcionadas pelos adultos, que as crianças começam a fixar as bases de sua educação literária” (COLOMAR, 2007, p. 52).

Ressalta-se que ao se buscar ampliar os conhecimentos e a compreensão a respeito da importância da leitura de histórias na Educação Infantil para a formação de leitores, tornou-se necessário lançar mão de diferentes fontes secundárias de pesquisa, uma vez que as leituras apontam teorias capazes de articular um conjunto de ideias que auxiliam na melhor compreensão do que se deseja explorar e aprender.

Observa-se também que a leitura intencional de histórias infantis, sobretudo na Educação Infantil, é ainda um grande desafio, visto que a maioria dos educadores ainda não têm consciência da sua importância para a formação de futuros leitores, sendo vistas apenas como um motivo de descontração e passatempo, não agregando às histórias o seu devido valor (SANTOS; SIMÃO, 1990).

Nesse sentido, pergunta-se: Qual a relação entre a leitura de histórias infantis e a formação de leitores?

Essa pesquisa consiste em analisar a importância da leitura de histórias infantis no âmbito da Educação Infantil, no intuito de compreender como essa prática contribui para a formação de futuros leitores, conforme bibliografias sobre o assunto.

Durante os períodos de estágios supervisionados, constatou-se que o trabalho com leituras de histórias infantis na Educação Infantil ainda precisa ser estimulado, refletido e aperfeiçoado, pois entende-se que um “bom leitor não se faz por acaso. Muitos são formados na infância [...] em escolas que proporcionam experiências positivas no início da alfabetização” (CARVALHO, 2007, p. 11). Considera-se portanto, que essa é a questão que incentivou a presente pesquisa e análise. Assim, partir de leituras diversas, questiona-se: Como o professor da Educação Infantil pode contribuir para despertar na criança o gosto pela leitura de histórias infantis?

Este trabalho vem objetivar ainda o estudo de estratégias e técnicas adequadas a formação de futuros leitores no âmbito da Educação Infantil, de modo que contribua para a sua formação enquanto futuro leitor, pois de acordo com as bibliografias consultadas, é durante a leitura de narrativas infantis feita pelo professor de forma intencional que a criança desenvolve seus sentimentos e desperta o gosto pela leitura, uma vez que “ouvir um texto já é uma forma de leitura” (BRASIL, 1998c, p.141).

Nessa perspectiva, buscou-se trilhar um caminho apropriado através de pesquisas bibliográficas, a partir de fontes secundárias, de maneira que esta embasasse a argumentação a partir de estudos e pesquisas de autores sobre o tema ou afins. A respeito deste tipo de pesquisa, Marconi e Lakatos (2007, p. 185) trazem que “a pesquisa bibliográfica, ou de fonte secundária, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito”.

A escolha pela pesquisa bibliográfica, explica-se assim por esse método estar de acordo com o tema escolhido e por compreender que esse tipo de pesquisa evidencia dados, apontamentos e discussões de autores que, em sua literatura abordam temas similares. A partir das leituras realizadas, objetiva-se analisar e

conceitualizar, de maneira crítica, as informações que se concretizam em torno da temática abordada.

Importa esclarecer ainda que a escolha da literatura privilegiou obras atuais como os Referenciais Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (1998), visto a sua importância como norteadores das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Destaca-se ainda que há casos em que obras mais antigas foram referenciadas, haja vista a sua importância em relação ao tema e sua influência sobre alguns autores contemporâneos. Deste modo, a partir da leitura de autores como Santos e Simão (1990), Villardi (1999), Carvalho (2007), Colomer (2007), Maia (2007), Silva, Costa e Mello (2011), buscou-se adquirir embasamentos teóricos que pudessem subsidiar o tema desenvolvido, pois a pesquisa bibliográfica não deve ser apenas uma simples cópia do que já foi escrito sobre o tema por outros autores mas, a análise, a interpretação, o confronto de informações dos autores, e a elaboração de novas conclusões (FERRÃO, 2003, p. 102).

A escolha por esse tipo de pesquisa, seguindo uma linha qualitativa, se deu pela aproximação com o tema. Tem-se então, um estudo compartilhado que desenrola-se na análise da importância da leitura de histórias infantis na Educação Infantil, bem como possíveis práticas pedagógicas adequadas à formação de futuros leitores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PROFESSOR FORMADOR DE FUTUROS LEITORES

Muitos professores ainda consideram a leitura de histórias infantis na Educação Infantil uma atividade isolada, que não obedece a uma continuidade de planejamento, nem apresenta objetivos claramente definidos (VILLARDI, 1999), tornando a formação de leitores um desafio para as escolas.

Todavia, avalia-se que “inventar, ler e contar histórias são tarefas importantes nas creches e pré-escolas” (SILVA; COSTA; MELLO, 2011, p. 95), dado que nessa fase, a criança “realiza imitações das ações que observa, utilizando modelos que estão

próximos a ela. Observa atentamente os gestos e as ações das pessoas e depois os reproduz” (SANTOS, 2001, p. 93). Por isso, ter o professor como um bom modelo de leitor é fundamental para a criança, uma vez que o educador poderá ser aquele que fará a criança se apaixonar pela leitura e pelas histórias infantis antes mesmo dela saber decodificar as palavras escritas, ou ao contrário, poderá ser o responsável em não despertar o futuro leitor. Desse modo, é necessário que o professor da Educação Infantil tenha essa consciência da sua responsabilidade, pois o mesmo será o alicerce da vida estudantil da criança.

Villardi (2001, p. 22) explica ainda que na Educação Infantil, a leitura chega à criança através da voz do professor que: [...] ao ler o texto, imprime nele a sua marca, ou seja, demonstra pela entonação, pelas pausas e pelos gestos, o valor que atribui a certas passagens em detrimento de outras, o juízo que faz acerca dessa ou daquela atitude da personagem, e, muitas vezes, interpõem comentários no meio da leitura. Nesse caso, o texto chega à criança por meio de uma lente, que é o professor.

Isso significa que a atitude do professor na hora da leitura das histórias é fundamental para despertar ou não a curiosidade da criança pela história ouvida, pois “a fonte do interesse da criança pelo livro pode estar no professor que se revela apaixonado pela leitura” (MAIA, 2007, p. 37). Ao ler uma história, o educador passa através de sua voz e do seu entusiasmo todo o encantamento que ele próprio tem pela literatura. Caberá, portanto, ao professor, disponibilizar todas as estratégias possíveis para fazer da leitura um momento divertido e prazeroso e por isso, precisa ter definido os objetivos específicos das atividades que envolvam a aproximação da criança com o livro, bem como tratar o momento da leitura das histórias infantis como prioritário, sendo devidamente planejado e fundamentado (VILLARDI, 2001).

Também é válido acrescentar que através de um trabalho intencional de leitura de histórias infantis, o professor poderá ensinar a criança conteúdos pertinentes a idade como cores, tamanhos, proporções, sequência numérica, letras do alfabeto, entre outras, já que: [...] a leitura de histórias é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e

comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não o seu (BRASIL, 1998c, p.143).

Assim, de forma lúdica através de histórias e personagens imaginários, o professor poderá passar para a criança conteúdos, valores, aspectos culturais e sociais, trabalhando temas essenciais à sociedade, maneiras de conceber o mundo e temas atemporais, além de estimular a fantasia, a oralidade e o senso crítico, construindo conhecimento significativo e abrindo as portas para o universo da imaginação.

O papel do professor, antes de qualquer coisa, é conquistar a criança, permitindo um contato mais prazeroso com o livro, com a literatura e com a leitura, por isso, adotar práticas adequadas de leitura e tornar o livro parte integrante do dia a dia das escolas de Educação Infantil são os primeiros passos para iniciar na criança o processo de formação de futuro leitor (KAERCHER; CRAIDY, 2001).

Ou seja, o educador de Educação Infantil “precisa gostar de ler, precisa ler muito, precisa envolver-se com o que lê” (LAJOLO apud MAIA, 2007, p. 37). Cabe ao professor contribuir para o despertar o leitor e através da sua prática “mostrar as infinitas possibilidades que o mundo da leitura oferece em termos de informação, cultura e entretenimento” (CARVALHO, 2007, p. 22).

2.2 A LEITURA DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A Educação Infantil representa uma fase muito importante para a vida da criança, pois, agora ela “vai participar de um novo meio social: a escola, que é bem diferente daquele que conhecia e no qual viveu até então, (sua família)” (SANTOS; SIMÃO, 1990, p. 10). Nesse sentido, avalia-se que: O ingresso na instituição de Educação Infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes (BRASIL, 1998b, p.13).

O convívio familiar não será mais o seu único meio de aprendizagem e socialização. A Educação Infantil possibilitará à criança conviver com um novo grupo social, experimentando novas experiências e emoções, explorando novas habilidades e desenvolvendo novos comportamentos. Avalia-se portanto, que esse seja também o momento propício para estímulos à formação de futuros leitores, pois de acordo com Vygotsky, a aprendizagem constitui-se na interação da criança com o meio social e cultural em que convive (VYGOTSKY apud MAIA, 2007).

Nessa perspectiva, salienta-se que há outras teorias sobre o desenvolvimento da criança defendida por diferentes autores. Entretanto, interessa-se a esta pesquisa a abordagem Sociointeracionista de Vygotsky (1896-1934), a qual destaca a importância do papel do contexto histórico e cultural nos processos de desenvolvimento e de aprendizagem da criança, escolhida por estar de acordo com a temática abordada neste artigo, uma vez que se tem por objetivo compreender a relevância da prática intencional da leitura de histórias infantis na Educação Infantil como estímulo à formação de futuros leitores.

Nessa perspectiva, Vygotsky, expressa que: [...]a aprendizagem cria zona de desenvolvimento proximal, ou seja, ela ativa processos de desenvolvimento que se tornam funcionais na medida em que a criança interage com pessoas em seu ambiente, internalizando valores, significados, regras, enfim, o conhecimento disponível em seu contexto social (VYGOTSKY apud PALANGANA, 2001, p. 130).

Ou seja, o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal definida por Vygotsky, é “a distância entre aquilo que a criança é capaz de fazer sozinha (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza com a ajuda de alguém mais experiente (desenvolvimento potencial)” (MAIA, 2007, p. 81). Portanto, a zona de desenvolvimento proximal é criada exatamente pelo aprendizado e acontece “na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer” (REGO apud MAIA, 2007, p. 82). Logo, de acordo com essa teoria, o desenvolvimento cognitivo da criança é influenciado pela interação social e à medida que interage com outras pessoas, vai adquirindo os valores,

conhecimentos, regras e hábitos disponibilizados no meio social e cultural em que convive, num processo de experimentação e de mediação.

Ressalta-se que a aprendizagem está presente desde o início da vida da criança, pois, a “criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura”.

Esta fase compreende dos 0 aos 5 anos de idade, concordando com a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Bases da Educação Nacional, alterada pela Lei nº 12.796/13, em seu Art. 30º, define que: “A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

Assim, a criança chega à Educação Infantil com algumas considerações já definidas, entretanto estas “podem ser modificadas e acrescidas de outras de acordo com o contexto sociocultural” (BRASIL, 1998a, p. 24) do novo grupo.

De acordo com esta teoria, mesmo que a criança não tenha sido estimulada pela família a desenvolver o gosto pela leitura antes de iniciar a escolarização, poderá vivenciá-la na Educação Infantil, podendo chegar a tornar-se um bom leitor no futuro. Caberá à escola contribuir para essa aprendizagem e para o seu desenvolvimento, proporcionando experiências positivas com os livros infantis desde a creche e pré-escola, posto que “no processo de interação com o livro de literatura, mesmo ainda não decifrando o código escrito, a criança constrói significados a partir de um referencial que lhe é muito particular: a própria experiência” (MAIA, 2007, p. 73-74).

Outro ponto observado por Vygotsky foi que a criança da Educação infantil, na tentativa de aprender algo novo, faz uso da imitação que é entendida como a: Capacidade de a criança observar e aprender com os outros e de seu desejo de se identificar com eles, ser aceita e de diferenciar-se. [...] As crianças tendem a

observar, de início, as ações mais simples e mais próximas à sua compreensão, especialmente aquelas apresentadas por gestos ou cenas atrativas ou por pessoas de seu círculo afetivo. A observação é uma das capacidades humanas que auxiliam as crianças a construir um processo de diferenciação dos outros e conseqüentemente sua identidade (BRASIL, 1998b, p.21).

Quer dizer, “a imitação, longe de ser uma atividade de pura repetição mecânica, é a reconstrução de atos observados pela criança; portanto, “[...] a imitação possibilita a realização de ações que, em tese, estão além de seus limites” (MAIA, 2007, p. 84-85). Desta forma “[...] na tarefa de imitar atos de leitura, a criança não está simplesmente copiando modelos [...]. Se devidamente estimulada, “o faz de conta que está lendo” torna-se uma atividade em que os avanços qualitativos da criança se fazem refletir” (MAIA, 2007, p. 85). Assim, os momentos comuns passados em volta de um livro são positivos em todos os sentidos, pois é onde a criança começa a criar e cultivar o interesse pelos livros.

3 PRÁTICAS DE LEITURA FAVORÁVEIS À FORMAÇÃO DE FUTUROS LEITORES

Para que as histórias infantis ganhem um novo valor didático, o professor deverá adotar algumas estratégias e técnicas adequadas à formação de futuros leitores, de modo que ouvir histórias seja algo prazeroso para a criança e que contribua para a sua formação enquanto futuro leitor. Nessa perspectiva, salienta-se que são muitas as maneiras de levar a criança a envolver-se com o mundo da leitura. Todavia, esta pesquisa limitará a sugerir algumas práticas, selecionadas por estarem de acordo com a temática abordada neste artigo e por sobressaírem como práticas favoráveis à formação de futuros leitores no âmbito da Educação Infantil.

Partindo desse pressuposto, sugere-se que uma das práticas mais simples e preciosas que o professor da creche e da pré-escola poderá fazer é reservar todos os dias um tempo da aula para ler em voz alta para a turma, utilizando-se da entonação correta de voz, criando suspense, imitando as vozes dos personagens, fazendo as pausas exigidas e adaptando algumas passagens do texto quando

necessário (CARVALHO, 2004), observado que na Educação Infantil as histórias chegam à criança pela voz do professor, por isso que elas sempre:

10

[...] devem ser narradas porque, quando lidas, podem tornar-se enfadonhas, cansando as crianças. Sendo narradas, poderão ser simplificadas ou acrescidas, dependendo da reação da classe. Quando o professor não possui grande habilidade para narrar, poderá ler a história, dando ênfase e entonação adequadas (SANTOS; SIMÃO, 1990, p. 112).

Nesse aspecto, ressalta-se que para tornar esse momento significativo, o professor deverá preparar-se para a narração da história com antecedência, fazendo uma leitura anterior mais detida, caso contrário poderá ler algumas passagens com a entonação inadequada, chegando por vezes a desmotivar a criança em continuar a ouvir à história (VILLARDI, 1999).

O cuidado e a atenção que o professor deverá ter quanto à escolha da leitura a ser realizada também é um ponto relevante no processo de formação de futuros leitores, uma vez que deverá obedecer às diferentes fases de desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança, advertindo-se para a qualidade do texto escolhido; a linguagem usada na obra; o tema da história; as ilustrações e, principalmente, os objetivos a serem alcançados com determinada história, (VILLARDI, 1999). Em suma, o educador precisa buscar conhecer sua clientela para saber o que gostam de ouvir, percebendo assim se a história escolhida é propícia para a finalidade desejada e se agrada ou não a turma.

Uma mesma história “pode ser contada e recontada inúmeras vezes” (SANTOS; SIMÃO, 1990, p. 112), em razão de que “quem convive com crianças sabe o quanto elas gostam de escutar a mesma história várias vezes, pelo prazer de reconhecê-la, de apreendê-la em seus detalhes, de cobrar a mesma sequência e de antecipar as emoções que teve da primeira vez” (BRASIL, 1998c, p.144).

Outro ponto fundamental no processo de formação de futuros leitores refere-se à atenção e à preparação do ambiente onde a história será contada, cabendo ao professor buscar criar “um ambiente agradável e convidativo à escuta atenta, mobilizando a expectativa das crianças, permitindo que elas olhem o texto e as

ilustrações enquanto a história é lida” (BRASIL, 1998c, p. 143). Esse ambiente poderá ser a própria sala de aula, a biblioteca, a sala ou o cantinho da leitura, o pátio da escola ou “no parque debaixo de uma árvore, antes de dormir, numa atividade específica para tal fim etc.” (BRASIL, 1998c, p. 135), podendo o professor disponibilizar também “almofadas espalhadas pelo chão, ou esteiras, criando um ambiente acolhedor e de respeito às preferências de cada um” (VILLARDI, 1999, p. 98), advertindo-se que algumas crianças prestam mais atenção nas histórias quando elas estão sentadas no chão, outras já preferem deitar-se em posição mais relaxada.

Considerando-se crianças de até cinco anos de idade, recomenda-se ainda associar: [...]o objeto “livro” à ideia de “brinquedo”. Se a criança brinca, ela também é capaz de descobrir o lado lúdico do livro, encantando-se com as surpresas que lhe estão reservadas a cada virar de página. Sendo assim, [...] quanto mais cedo for capaz de ver no livro um grande brinquedo, mas fortes serão, no futuro, seus vínculos com a leitura (VILLARDI, 1999, p.81).

Ou seja, orienta-se que os livros deverão estar sempre ao alcance das crianças “dispostos, na estante, em prateleiras ao alcance das mãos” (VILLARDI, 1999, p. 96), ou em caixas, dividindo espaço com os outros brinquedos. Quanto ao educador, este deve evitar certas recomendações como “cuidado para não rasgar”, “não pode colocar no chão”, “não pode sujar”, uma vez que essas atitudes ao invés de propiciarem uma relação de prazer entre a criança e o livro, tornarão esses momentos de tensão, fazendo com que o aluno se sinta intimidado diante do material de leitura (MAIA, 2007). Nesse caso, recomenda-se, se possível, a adoção de livros confeccionados em materiais diversos como tecido, plástico e papelão.

Sugere-se ainda que é muito importante “criar situações em que a criança possa se manifestar livremente sobre o que foi lido: questionar, criticar e atribuir valores, qualificando as situações e os personagens apresentados” (VILLARDI, 1999, p. 86-87), Desse modo, o professor deve “deter-se algumas vezes para fazer apreciação sobre passagens interessantes, expressões diferentes” (SANTOS; SIMÃO, 1990, p.112), dando espaço para a criança se manifestar e se expressar, desenvolvendo também seu senso crítico, assimilando suas experiências pessoais com a história ouvida e desenvolvendo sua oralidade.

Nesse momento, aconselha-se ao professor utilizar a estratégia de reconto de história, em razão dessa tática poder ser “[...] desenvolvida pelas crianças. Elas podem contar histórias conhecidas com a ajuda do professor, reconstruindo o texto original à sua maneira. Para isso podem apoiar-se nas ilustrações e na versão lida” (BRASIL, 1998c, p.144). Assim, após escutarem a história narrada e observarem as imagens e a escrita do texto, poderão recontar a história oralmente, utilizando algumas palavras ouvidas pela voz do professor, desenvolvendo a linguagem e ampliando seu vocabulário.

Outra técnica adequada a esse momento infantil refere-se à leitura de histórias em rodas de conversa, uma vez que essa prática: [...] é o momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de ideias. Por meio desse exercício cotidiano as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor suas ideias, dúvidas e descobertas, ampliar seu vocabulário e aprender a valorizar o grupo como instância de troca e aprendizagem. A participação na roda permite que as crianças aprendam a olhar e a ouvir os amigos, trocando experiências (BRASIL, 1998c, p.138).

Entende-se que a roda de conversa configura-se como uma estratégia de grande aproveitamento para o professor, visto que pode tornar a aula mais agradável e criativa, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Esse momento também é propício para o educador ficar mais próximo dos alunos, conhecendo e observando melhor sua turma, já que “o principal objetivo da roda é a troca de impressões, ideias e reflexões entre os participantes” (CARVALHO, 2004, p. 23).

Além dessas táticas já citadas, destaca-se também os equipamentos multimídia como filmes, vídeos, DVDs, CDs, Data Shows, entre outros. Esses equipamentos podem ser utilizados pelo professor de Educação Infantil como recursos auxiliares para fazer a história chegar à criança de forma interessante, dinâmica e atrativa (VILLARDI, 1999).

Os jogos que envolvam temáticas das histórias infantis como quebra-cabeças, dominós, bingos, jogos da memória, entre outros, são recursos valiosos para despertar a atenção da criança, uma vez que após brincar com esses jogos, o educando “[...] possa buscar no livro a que as ilustrações se referem. Nesse momento, a presença do professor deve tornar-se um estímulo à curiosidade, a fim de que a brincadeira cumpra seu papel” (VILLARDI, 1999, p. 101), levando a criança associar a leitura das histórias infantis a momentos de brincadeira e diversão.

As histórias infantis contadas em forma de teatro também são estratégias pertinentes a formação de futuros leitores, bem como para a aprendizagem e para o desenvolvimento da criança, posto que “a dramatização é uma forma de aprendizagem que favorece o ajustamento emocional do educando e a evolução de sua personalidade” (SANTOS; SIMÃO, 1990, p.113), pois através da dramatização, a criança em um processo de identificação de emoções, apropria-se das narrativas, tornando-as sua própria história, podendo expressar suas ideias e opiniões, bem como desenvolver sua imaginação e criatividade (ALVES; ESPÍNDOLA; MASSUIA, 2011), tendo oportunidade de “ampliar seu vocabulário, expressar suas dúvidas, os seus sentimentos e chegando a permitir a manifestação de algumas emoções, como raiva, medo e alegria” (SILVA; COSTA; MELLO, 2011, p. 96).

Evidencia-se ainda que: [...] práticas de leitura para as crianças têm um grande valor em si mesmas, não sendo sempre necessárias atividades subsequentes, como o desenho dos personagens, a resposta de perguntas sobre a leitura, dramatização das histórias etc. Tais atividades só devem se realizar quando fizerem sentido e como parte de um projeto mais amplo (BRASIL, 1998c, p.141).

Isto porque a criança precisa associar o momento de ouvir histórias a algo prazeroso e não apenas às atividades a serem realizadas posteriormente, pois esses momentos são propícios para “aproximar a criança do livro” (VILLARDI, 1999, p. 17). Contudo, isso não deve ser usado como desculpa para o professor ler sem um objetivo específico, observando que muitos educadores da Educação Infantil ainda consideram a leitura de histórias infantis uma atividade isolada sem objetivos definidos, “caso contrário, pode-se oferecer para a criança uma ideia distorcida do que é ler” (BRASIL, 1998c, p.141). Ressalta-se que “o mais importante na hora da

história é fazer da atividade um momento de prazer, divertimento” (CARVALHO, 2004, p. 23), mas obedecendo a uma continuidade de planejamento e apresentando objetivos claros e definidos.

Desse modo, enfatiza-se que são muitas as maneiras de levar o aluno a despertar-se para o mundo da leitura, pois “mesmo ainda não decifrando o código escrito, a criança constrói significados a partir de um referencial que lhe é muito particular: a própria experiência” (MAIA, 2007, p.78). Ao professor de Educação Infantil, caberá buscar variar na escolha de como contar as histórias para a criança, podendo criar e adaptá-las de muitas maneiras diferentes (SILVA; COSTA; MELLO, 2011, p. 96), proporcionando experiências positivas e significativas de leitura, contribuindo para a formação da criança enquanto futuro leitor.

4 CONCLUSÃO

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível perceber que existe hoje uma grande preocupação das escolas quanto à formação de bons leitores, visto que muitas crianças não têm o hábito de ler e na maioria das vezes, leem como se a leitura fosse um ato mecânico, considerando-a uma atividade difícil e inútil. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando é levado em consideração que muitos professores da Educação Infantil ainda não têm consciência da sua importância para a formação de novos leitores, considerando a leitura de histórias infantis apenas uma atividade isolada, sem objetivos claramente definidos, adotadas apenas como uma forma de distrair e acalmar a criança.

Entretanto, a pesquisa evidenciou que o ideal seria que o estímulo correto à leitura se iniciasse já na Educação Infantil, antes mesmo da criança se apropriar da leitura e da escrita, proporcionando-lhe experiências positivas e significativas com os livros e com a leitura das histórias infantis, despertando nelas o gosto pela leitura e incentivando o hábito de ler dos futuros leitores. Percebeu-se assim que, a leitura de histórias na Educação Infantil é uma importante ferramenta para o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança, além de auxiliar no desenvolvimento da imaginação e no processo de ensino aprendizagem.

Todavia, para que as histórias infantis ganhem um novo valor didático, faz-se necessário que o educador de Educação Infantil tenha consciência da sua responsabilidade enquanto modelo leitor, buscando sempre motivar a criança com estratégias e práticas adequadas e propícias à idade das mesmas, de modo que ouvir histórias seja algo prazeroso para a criança.

Portanto, em uma sociedade letrada, onde o bom desempenho na leitura é cada vez mais exigido, um trabalho diversificado e criativo com a leitura tem sido imprescindível nas escolas. Conclui-se que criança não precisa saber ler para ter contato com a leitura, ela precisa ser motivada e incentivada desde o início da escolarização com experiências positivas e significativas, proporcionadas pelo educador que, por sua vez, deve buscar, através de práticas adequadas, mostrar a criança as infinitas possibilidades que a leitura pode oferecer em termos de conhecimento e entretenimento contribuindo assim para o despertar do futuro leitor.

Diante da conclusão aqui exposta, recomenda-se a leitura e a atualização dessa temática por entender que muitas práticas relacionadas à leitura de histórias infantis utilizadas nas escolas de Educação Infantil necessitam mudar. Nesse sentido, os educadores devem buscar trabalhar metodologias que objetivam despertar no aluno a curiosidade, o encanto e o prazer pela leitura, visto que o professor, enquanto mediador e modelo de leitor, precisa incentivar e mostrar à criança a importância da leitura para a compressão do mundo que a rodeia, a fim de alargar seus horizontes e ampliar seus conhecimentos, uma vez que a leitura é essencial no desenvolvimento pessoal e social da criança. Portanto, somente tendo-se consciência da sua responsabilidade enquanto formadores de leitores, os educadores, e futuros educadores, poderão ser cada vez melhores em suas práticas, utilizando a leitura de histórias na Educação Infantil a fim de formar cidadãos leitores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aletéia Eleutério. ESPÍNDOLA, Ana Lucia. MASSUIA, Caroline Sanchez. In: SOUZA, Renata Junqueira de. FEBA, Berta Lúcia Tagliari (org). *Leitura literária na escola: reflexões propostas na perspectivas do letramento*. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2011, p. 97-121.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 2v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASÍLIA, Congresso Nacional. Lei Nº 12.796, de 4 de Abril de 2013. Brasília: e Casa Civil, 4 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Lei/L12796.htm>. Acesso em: 13 de jun. de 2015

CARVALHO, Marlene. Guia prático do alfabetizador. 5 ed. São Paulo: Ática, 2007.

COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

FERRÃO, Romário Gava. Metodologia científica para iniciantes em pesquisa. Linhares, ES: Unilineares/Incaper, 2003.

KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. E por falar em literatura... In: CRAIDY, Carmem. KAERCHER, Gládis E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 81-88.

LAJOTO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história e histórias. 6 ed. São Paulo: Ática, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, Joseane. Literatura na formação de leitores e professores. São Paulo: Paulinas, 2007.

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social. 3. ed. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, Gláurea Basso dos. SIMÃO, Sueli Parada. Processo de alfabetização: subsídios para um trabalho eficiente. 6 ed. São Paulo: Ática, 1990.

SANTOS, Vera Lúcia Bertoni dos. Promovendo o desenvolvimento do faz-de-conta na Educação Infantil. In: CRAIDY, Carmem. KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (org.). Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p.89-100.

SILVA, Lésia M. COSTA, Edna ap. a. da. MELLO, Ana Maria. Os contos que as caixas contam. In: FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. MELLO, Ana Maria. VITORIA, Telma. Adriano, GOSSUEN. Ana Cecília CHAGURI. Os fazeres na Educação Infantil. 12 ed. Ribeirão Preto – SP: Cortez, 2011, p. 95-96.

VILLARDI, Raquel. Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira. Rio de Janeiro: Dunya, 1999.

EMPREENDEDORISMO: ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIO

Jeferson Castro Pires¹
Marcela Rodrigues Gomes Da Silva²
Mauricio Rodrigues Dos Santo³

RESUMO

Grande tem sido o aparecimento de negócios empreendedores na cidade de São Mateus – ES, e como forma de inovar, estas empresas procuram, por diversos meios para manter-se no mercado. Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é mostrar a importância da elaboração do plano de negócios, como ferramenta necessária para um bom planejamento estratégico. Buscou-se mostrar, de acordo com revisões bibliográficas, o que é o empreendedorismo e seus conceitos enfatizando a importância do plano de negócios, e como o SEBRAE tem orientado e acompanhado estas empresas. O corpo metodológico do estudo é baseado em pesquisa exploratória e descritiva para que possa ser de melhor compreensão o tema exposto. As técnicas utilizadas para coleta de dados foram pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, que serviram como auxílio na formação do referencial teórico sobre o tema. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista, onde junto ao SEBRAE, obtiveram-se informações mais precisas sobre qual a situação das micro e pequenas empresas da cidade e como o plano de negócios tem auxiliado micro e pequenas empresas a se manterem firmes no mercado competitivo.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

Great has been the emergence of entrepreneurial business in the city of São Mateus - ES, and in order to innovate, these companies look for various ways to stay in the market. Given the above, the aim of this study is to show the importance of preparing the business plan as a necessary tool for a good strategic planning. He attempted to show, according to literature reviews, which is entrepreneurship and concepts emphasizing the importance of the business plan, and as SEBRAE has guided and accompanied these companies. The methodology of the study body is based on exploratory and descriptive research so you can be a better understanding of the above subject. The techniques used for data collection were literature and the case study, which served as an aid in the formation of the theoretical framework on the subject. As data collection instrument was used to interview, where by the Sebrae, we obtained more accurate information on which the situation of the city's micro and small business and how the business plan has helped micro and small businesses to stand firm in the competitive market.

Keywords: Entrepreneurship. Micro and Small Enterprises.

¹ Graduado bacharel em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX

¹ Graduado bacharel em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX

¹ Graduado bacharel em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX

1. INTRODUÇÃO

Empreender se tornou uma atividade muito praticada nos últimos tempos e conseqüentemente tem se tornado um importante gerador de riquezas para a sociedade.

O sentido inicial dessa ação é identificar as oportunidades de negócio que podem surgir através de vários meios, sendo eles, pela simples observação da ineficiência de mercado, ou da falta de qualidade do mercado predominante, ou pela pura ideia de montar seu negócio através de sua habilidade de desenvolver determinado serviço e, ou produto, fazendo dele um empreendimento rentável e sustentável.

Em meio às ferramentas utilizadas pelo empreendedor para demonstrar a viabilidade de um empreendimento, destacaremos a importância de se criar um plano de negócio, pois, com a elaboração do mesmo torna-se possível ao empreendedor mensurar a capacidade de planejar o futuro da empresa, aumentando assim, as chances de sucesso e a capacidade de minimizar os possíveis riscos.

De acordo com Dolabela (2006, p. 79), sobre o plano de negócio, fator primordial para se estruturar um eficiente planejamento, diz que:

O Plano de Negócios é essencial: para diminuir riscos e para que você tenha, mais do que qualquer pessoa no mundo, a capacidade de estimar se a sua empresa, projetada com base na sua visão de mundo, em seus valores, expectativas, conhecimento de mercado, terá sucesso ou não.

Plano esse, que muitas vezes não é traçado, por se acreditar que não há necessidade de sua elaboração.

Portanto, o que justifica o desenvolvimento dessa pesquisa é demonstrar ao empreendedor alguns pontos importantes para que ele tenha um bom planejamento empresarial. Abordaremos assim, a definição de alguns fatores, tais como, o plano de negócio e sua estrutura, como ferramenta que agrega valor na gestão do empreendimento.

O presente trabalho delimita-se a levantar informações que auxiliem o empreendedor a planejar as ações necessárias a serem adotadas no futuro de seu negócio e pesquisar junto ao SEBRAE dados referentes ao ramo de empreendedorismo no município de São Mateus-ES, levando em consideração a importância desta atividade para a movimentação econômica local.

Este estudo tem como objetivo geral evidenciar a importância da utilização do plano de negócio na abertura de novos empreendimentos e dos negócios já existentes, de acordo com a visão de alguns autores.

Para proporcionar uma melhor compreensão sobre o estudo temos como objetivos específicos:

- Apresentar histórico, conceito e características sobre empreendedorismo;
- Apresentar ao empreendedor conhecimento sobre o plano de negócios, evidenciando sua estrutura e importância para a manutenção do seu empreendimento;
- Verificar junto ao SEBRAE informações que auxiliem a compreender a importância de se elaborar um plano de negócio;
- Identificar como Micro e Pequenas Empresas (MPEs) do município de São Mateus-ES, têm se comportado diante do mercado atual, verificando a importância da utilização do plano de negócio como um fator importante para a sustentabilidade da empresa.

Uma das classificações adotadas para este trabalho foi a pesquisa exploratória, pois, a mesma auxiliará na busca por informações que esclareçam o tema proposto, definindo assim, os conceitos e técnicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p.63), a pesquisa exploratória:

Não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-

se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias.

Logo, com este tipo de pesquisa podemos realizar o desenvolvimento do trabalho, tendo como base as informações coletadas, e assim, definindo os objetivos e delimitando o tema proposto.

Também foi adotada a pesquisa descritiva, que realiza a coleta de dados, de modo, a verificar e quantificar as informações necessárias para esclarecimento do mercado empreendedor.

De acordo com Barros e Lehfeld (2000, p.70), na pesquisa descritiva não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Portanto, por meio dessa pesquisa, buscou-se junto ao SEBRAE informações que nos auxiliou a estudar e proporcionar melhor entendimento sobre a realidade empreendedora.

Como técnica utilizada para a realização deste trabalho será empregada, a pesquisa bibliográfica, cujo levantamento de material baseia-se na obtenção de informações necessárias para o esclarecimento do assunto proposto.

A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuições científicas que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno [...] consiste em levantar fichas, relacionar, referenciar, ler, arquivar, fazer resumos, análises de todas as informações produzidas sobre determinado assunto, que foi assumido como tema para realização de uma pesquisa científica (FERRÃO; FERRÃO, 2012, p.61).

Por meio da pesquisa bibliográfica, foram levantadas informações científicas necessárias para compor o corpo do referencial teórico, buscando referenciar assim, conceitos sobre plano de negócios de forma a se aplicar na gestão do empreendedor.

Utilizou-se também o estudo de caso, onde se buscou coletar dados que abordem a atual situação dos empreendedores e que sustentem as informações pesquisadas.

Segundo Severino (2007, p. 121), “o estudo de caso é um tipo de pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

Com o auxílio desta técnica, juntaremos as informações necessárias para analisar como os fatos realmente ocorrem no mercado, com o objetivo de identificar o papel do empreendedor na sociedade.

As fontes primárias serão utilizadas no desenvolvimento das informações coletadas no estudo de caso, complementando assim, os dados obtidos através da entrevista. Segundo Andrade (2006, p.43), as fontes primárias “são constituídas por obras ou textos originais, material ainda não trabalhado, sobre determinado assunto”. As fontes primárias possibilitam utilizar informações ainda não trabalhadas por outros autores, e em documentos encontrados na empresa, porém, não estudados.

Grande parte do trabalho será transcrito por meio da utilização de fontes secundárias, onde será descrito o conceito e informações que sustentem a pesquisa.

De acordo com Andrade (2006, p.43), as fontes secundárias “referem-se a determinadas fontes primárias, isto é, são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas”.

Abordar as fontes secundárias por se tratar de fontes de pesquisa bibliográfica, as quais são responsáveis por maior parte do trabalho e base de toda a pesquisa.

Para instrumento de coleta de dados foi aplicada, a técnica de entrevista aberta, pois a sua aplicação possibilita melhor contato com o entrevistado, além de facilitar a comunicação e melhor troca de informações sobre o tema trabalhado.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.111), a técnica de entrevista é “uma conservação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”.

Sendo assim, utilizou-se essa técnica na visita junto ao SEBRAE, onde por meio da entrevista buscaremos as informações sobre o mercado empreendedor e sua importância econômica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EMPREENDEDORISMO: HISTÓRICO, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDOR

Estamos vivendo em tempos de diversas mudanças, onde o mundo tem sofrido transformações, principalmente quando falamos em estrutura e modelos de negócios, ou quando conceituamos grandes empresas. E este fato tem influenciado muitas vezes na mudança de vida das pessoas.

Uma definição sobre empreendedorismo é encontrada no relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (2014, p.7), onde, “entende-se como empreendedorismo qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente”.

O *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) é um projeto que faz uma análise do desenvolvimento empreendedor nos países, e tem como foco a coleta de dados através das atitudes, e do exercício da pessoa empreendedora, e não do empreendimento como organização empresarial, como é apresentado em outros relatórios.

Dornelas (2008, p.22), diz que empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos, que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas ideias levam a criação de negócios de sucesso.

Nos dias de hoje, muito se tem aprendido sobre empreendedorismo, sobre o avanço tecnológico, a situação econômica, e os meios de produção, e tudo isso, tem feito com que surjam muitos empreendedores, ou seja, pessoas que têm se adaptado às exigências do mercado, do público e da tecnologia.

A busca pela inovação e conhecimento e a rapidez com que as tecnologias se avançam fazem com que os empreendedores busquem se especializar e estudar, logo, eles utilizam destes meios para que possam acompanhar as novas exigências do mercado.

Algumas pessoas procuram agir de forma diferente, elas têm o espírito de inovação, sendo assim, arriscam, e insistem em um objetivo acreditando que trará bom retorno. Para estes, chamamos de empreendedores, que são pessoas que buscam mudanças, melhorando os processos e se destacando em meio às pessoas comuns.

Drucker (apud FERREIRA; REIS; PEREIRA, 2006, p.181), define que:

O empreendedor sempre está buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo oportunidade. Ele cria algo novo, algo diferente, ele muda ou transforma valores, não restringindo o seu empreendimento a instituições exclusivamente econômicas. Ele é capaz de conviver com riscos e incertezas, envolvidos nas decisões.

Diante do aumento do empreendedorismo no Brasil, surgiu a necessidade de se criar fundações que proporcionassem suporte e auxílio aos pequenos empresários, direcionando-os a encontrar uma melhor forma de alavancar seus negócios ou melhorar sua gestão, logo podemos destacar o surgimento do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), o Brasil empreendedor e o Empretec, além das fundações também criadas com o intuito de levar empresas de software brasileiras para o exterior, como a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTEX), e a Geração de Novas Empresas de *Software* (GENESIS). Logo depois, as universidades também passaram a explorar esta atividade em suas grades curriculares, auxiliando assim, as pessoas a terem mais informações sobre empreendedorismo e destacando a devida importância deste ramo de atividade (DORNELAS, 2008).

Ao classificar a forma em que o empreendedorismo se aplica, Dornelas (2008) define-as da seguinte maneira: empreendedorismo de oportunidade – são os empreendedores com a visão ampla de negócios, eles planejam, traçam metas e objetivos, buscam o crescimento e lucro, auxiliando no desenvolvimento da economia do país. A outra é o empreendedorismo por necessidade – quando por algum fato ocasional, leva uma pessoa a abrir seu negócio informalmente. Pode ser muitas vezes por desemprego, por falta de escolha, se aventuram nesta jornada, e por vezes sem um planejamento, um plano de negócios, sem conhecimento do mercado, se aventuram e acabam “quebrando”, aumentando o índice de empresas fechadas e desestruturando a economia do país.

Logo, empreendedorismo surge da definição de empreender, pôr em prática, executar algo novo, e o empreendedor é aquele que arrisca, inova e que busca as melhorias nos processos visando o alcance do lucro.

Bernardi (2012, p. 68), define que “empreendedores bem-sucedidos são vistos como pessoas com ‘tino’, com ‘visão’, ‘visionários’, ‘líderes’, além do que empreendedor tem a conotação de realizador, enérgico e persistente”.

Apesar das características apresentadas de empreendedores bem-sucedidos, há ainda, algumas outras características a se destacar que levam ao surgimento de novas empresas e novos empreendedores, tais como, o empreendedor nato, o empreendedor por herança, ou aqueles levados pelas circunstâncias, como, por exemplo, o desemprego ou a aposentadoria.

Em sua concepção, Bernardi (2012) afirma que o empreendedor nato é aquele que por diversas características de sua personalidade, ou dentro do contexto familiar, traz traços de empreendedor em seu perfil, já o empreendedor por herança é aquele que adquire o negócio da família ou vem sendo treinado dentro deste contexto e adquire está “habilidade”. Este é preciso ter cautela, pois a pessoa pode ter ou não o perfil de empreendedor, tornando-se responsável pela continuação da empresa. E outros, podem surgir por meios de situação de desemprego, que é muito comum,

que pode por fim ser muito arriscada, ou por aposentadoria, devido à idade estar fora do contexto de empregabilidade, costuma-se abrir empresas no ramo comercial.

Assim como por diversos outros motivos, as pessoas buscam abrir o próprio negócio, mas precisa-se ter certa cautela quanto a este assunto.

Ainda segundo Dornelas (2008, p.19), “o empreendedor de sucesso, leva consigo ainda uma característica singular, que é o fato de conhecer como poucos o negócio em que atua o que leva tempo e requer experiência”.

Mas, não são apenas as circunstâncias que farão que o empreendedor seja bem-sucedido. As experiências fazem com que as pessoas adquiram a habilidade de empreender, considerando também que o empreendedor que possui a capacidade de visão e de correr atrás das oportunidades, adquiriu isto com tempo. Estes assumem riscos e fazem planejamentos para execução de uma tarefa, evitando assim desgaste ou até mesmo o retrabalho.

Dornelas (2008) conceitua o empreendedor como quem encontra uma oportunidade e a utiliza como forma de gerar lucro. Alguém que possui características de iniciativa, que enxerga a oportunidade, que faz uso dos recursos disponíveis inovando de acordo com a necessidade, realizando planejamentos, assumindo riscos já mensuráveis, mesmo correndo o risco de fracassar.

Sendo assim, independente da condição, característica, técnica ou meio que torna uma pessoa empreendedora, todos estão na busca pelo mesmo objetivo, ou seja, trazer fatores que beneficiam a empresa de forma positiva, evidenciando as suas qualidades e conquistando o seu propósito.

2.2 O PLANO DE NEGÓCIOS: CONHECENDO SUAS PRINCIPAIS ESTRUTURAS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O EMPREENDEDOR

A grande causa do aumento da mortalidade das empresas, não só no Brasil, mas em todo mundo, principalmente nas pequenas empresas conhecidas como *start-ups*, tem sido a falta de planejamento, e de conhecimento referente às atividades

desenvolvidas na empresa. Dentre outros fatores, temos também a insuficiência de gestão, insuficiência nas políticas de apoio, fatores pessoais e um conjunto de influências econômicas. Mas todos esses fatores que ameaçam a boa gestão podem ser amenizados quando há um bom planejamento (DORNELAS, 2008).

Logo, o plano de negócio tem se tornado uma ferramenta importante no planejamento e na gestão das ações e estratégias utilizadas pelas empresas.

Dolabela (2006, p.72), descreve sobre o plano de negócio, que:

É necessário que o pré-empendedor desenvolva a capacidade de distinguir entre ideia e oportunidade, praticando sempre. Após de uma oportunidade sempre existe uma ideia, mas apenas um estudo de viabilidade, que pode ser feito por meio do Plano de Negócios, indicará seu potencial de transformar-se em bom negócio.

Esta ferramenta vem sendo vista como algo que não serve para nada, e muitas vezes, por este motivo tem se falhado na elaboração do plano de negócio, ou seja, não foi dada a devida importância a esta ferramenta que tem sido por muitas vezes base de projeto de uma empresa, portanto, o plano de negócio tem que ser visto como cartão de visita.

Biagio e Batocchio (2005, p. 4), definem que:

O plano de negócios permite avaliar riscos e identificar soluções; definir os pontos fortes e fracos da empresa em relação aos concorrentes; conhecer as vantagens competitivas da empresa; identificar o que agregar valor para o cliente, ou seja, quais características os clientes procuram nos produtos e serviços e pelas quais estão dispostos a pagar; planejar e implantar uma estratégia de marketing voltada ao cliente-alvo; estabelecer metas de desempenho para a empresa; avaliar investimentos; identificar as necessidades de absorção de novas tecnologias e novos processos de fabricação; calcular o retorno sobre o capital investido lucratividade e produtividade, enfim, o plano de negócios é um guia que norteará todas as ações da empresa.

O plano de negócio necessita ser revisado e atualizado sempre que necessário, pois o mercado, as empresas e os clientes mudam, e é preciso estar atento a essas mudanças, sendo assim, o empreendedor precisa acompanhar este crescimento, auxiliando na tomada de decisão.

Dentre as várias ferramentas que compõem o plano de negócio, destaca-se também a análise de mercado, pois através desta torna-se possível ao empreendedor definir o mercado que deseja atuar e estudar a sua estrutura.

Segundo Biagio e Batocchio (2005, p.119),

A análise de mercado é uma forma de conhecer o mercado avaliando a forma sistemática o ambiente onde o produto/ serviço de empresa se insere. O mercado é composto por concorrentes, fornecedores e, principalmente, cliente. A definição de mercado passa necessariamente por análise de indústria/ setor, descrição do segmento de mercado, análise SWOT do produto, ou serviço e análise da concorrência.

A análise de mercado é o primeiro momento de identificação em todo plano de negócio, onde se apuram informações que serão apresentadas para a melhor tomada de decisão, coletando dados de que a empresa saberá qual melhor mercado que se deve atuar, ou se a ideia inicial estaria de acordo com os seus objetivos almejados.

Para obter a análise de mercado que se deseja, pesquisar alguns fatores será fundamental na busca de mais conhecimento em relação a abertura de seu negócio. Sendo os clientes, os fornecedores e os concorrentes, fatores que captam os recursos que trarão vantagem de mercado para empresa.

Certo e Peter (2010, p. 30) propõem que:

Os administradores precisam ter em mente que as funções de análise de ambiente em qualquer organização devem atender a necessidades específicas. Quaisquer dessas funções ou combinação delas poderão ser, uma barreira para o sucesso da organização [...].

Por isso, as análises deverão ser feitas para compreender melhor o ambiente, não só para abertura da empresa, mas para o futuro da organização, desta forma, quanto mais informações sobre o mercado, mais produtiva e competitiva será a empresa.

Como criação de uma estrutura para elaboração dessas análises, o primeiro passo é diagnosticar os clientes que atenderão. Algumas questões devem ser consideradas no momento que realizar a avaliação do mercado consumidor que pretende atingir, assim como, conhecer os hábitos, comportamento, opinião, religião, idade, sexo, ocupação profissional, classe social, nível escolar, entre outros. Estas são questões importantes na coleta de dados, para elaboração dessas análises de mercado. Pondo em vista, os meios mais eficazes para o investimento, e trazendo uma segurança ao empreendedor, diminuindo potencialmente os riscos sobre o negócio (GOMES, 2005).

Outro fator importante que se deve analisar, antes de iniciar um negócio, é a busca por fornecedores. Eles são essenciais na propagação do empreendimento, tornando-a uma empresa de admiração e credibilidade no mercado, devido a entrega de seus produtos de qualidade, em tempo hábil e podendo oferecer um preço que confrontará com os de seus concorrentes.

Segundo Rosa (2013, p.45) sobre o levantamento de dados para a análise de fornecedor, diz que:

Ao adquirir matérias-primas, insumos ou mercadorias faça um estudo de verificação da capacidade técnica dos fornecedores. Todo fornecedor deve ser capaz de suprir o material ou as mercadorias desejadas, na qualidade exigida, dentro do prazo estipulado e com o preço combinado.

Deixando assim, uma ênfase maior quanto, à importância do estudo sobre os fornecedores, pois a sua prática e elaboração serão de grande valia na tomada de decisão e na coleta de dados para comparação de preço.

E por fim, tão importante quanto os outros estudos, a análise de concorrente, que é a que propõe um maior desafio em sua elaboração, devido lembrar certa comparação na visão dos clientes.

De acordo com Rosa (2013, p.42), “a concorrência também deve ser vista como uma situação favorável. Bons concorrentes servem como parâmetro de comparação e de parceria, além de ser uma fonte de estímulo à melhoria”.

Os fatores que evidenciam esse estudo é a realização de inspeções sobre as práticas de seu concorrente, sendo elas positivas ou não ao seu negócio, podendo assim, influenciar ainda mais nas ações que o empreendedor deverá tomar, para que sua empresa não obtenha resultados inesperados.

A palavra marketing tem como significado, ação de mercado e também compõe o plano de negócios, onde se estuda preços, estratégias de vendas, promoções, além de procurar identificar quais são os seus possíveis clientes, destacando a melhor forma de procurar satisfazer os seus desejos (BOONE; KURTZ, 2009).

Devido a isso o plano de marketing é instaurado nas empresas, no intuito de apresentar produtos ou serviços que atendam os seus clientes, e possam também atingir uma competitividade de mercado vantajoso.

Cobra (2010, p. 88), define que:

O plano de marketing identifica as oportunidades mais promissoras no negócio para a empresa. Mostra como penetrar com sucesso, obter e manter as posições desejadas nos mercados identificados. Efetivamente, o plano de marketing é a base na qual os outros planos da empresa devem estar montados; é efetivo, desde que envolva um compromisso por parte de todos [...].

E para isso são definidos fatores para que esse plano seja traçado e estruturado, sendo ele, conhecido como Mix de Marketing, ou produto, preço, promoção e canais de distribuição (BOONE; KURTZ, 2009).

Segundo Certo e Peter (2010, p.181), “a sobrevivência de muitas organizações depende do êxito no desenvolvimento e na comercialização dos novos produtos ou serviços, bem como na capacidade de gerenciá-los durante seu ciclo de vida”.

Produto é tudo aquilo que a empresa tem para vender, e o fato de conhecer bem o seu produto é o primeiro passo de uma boa estratégia de vendas, pois, é preciso que o vendedor conheça o produto para que tenha argumentos necessários para convencer o comprador a efetuar a compra (BIAGIO; BATOCHIO, 2005).

A estratégia de preço tem sido utilizada e revista com muita cautela, mas a concorrência tem grande influência neste processo, considerando também que na elaboração do preço de um determinado produto, é necessário avaliar também o consumidor e a organização (CERTO; PETER, 2010).

Outra ferramenta importante tem sido a promoção, estipulada como intuito de alcançar alguma meta.

Segundo Certo e Peter (2010, p. 190), “a estratégia de promoção inclui a seleção do mix adequado de ferramentas promocionais para acompanhar objetivos específicos”. Este mix que, é a propaganda, veiculada a comerciais, a promoção de vendas que por um período traz ao consumidor uma vantagem na compra, a publicidade que vem vinculada a menção do produto muitas vezes por meio da televisão, e a venda pessoal onde há o contato direto com o possível cliente. Cada qual precisa de uma análise para que seja utilizada a ferramenta adequada àquela estratégia de promoção.

Segundo Boone e Kurtz (2009, p.54), “profissionais de marketing desenvolvem estratégias de distribuição para garantir que consumidores encontrem os produtos em quantidades apropriadas, e na hora e no local certo”.

Os canais diretos ou indiretos de distribuição são de extrema importância para que o consumidor tenha acesso ao produto desejado garantindo assim a lucratividade de determinado produto no mercado.

E por fim e não menos importante o plano financeiro, ele traz ao empreendedor dados numéricos de todas as etapas do plano de negócio, essas informações podem trazer ao empreendedor uma dimensão de tudo aquilo que ele planeja para sua empresa, auxiliando na tomada de decisão.

Dornelas (2008, p.150), assim descreve a estrutura do plano financeiro:

Os principais demonstrativos a serem apresentados em um plano de negócios são: Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e Demonstrativo de Fluxo de Caixa, todos projetados com um horizonte mínimo de três anos, sendo que o usual é normalmente um período de cinco anos. No caso do fluxo de caixa, deve ser detalhado mensalmente. Por meio desses demonstrativos é possível efetuar uma análise de viabilidade do negócio e o retorno financeiro proporcional. Para essas análises, geralmente se usam os seguintes métodos: análise do ponto de equilíbrio, prazo de *payback*, TIR (Taxa Interna de Retorno) e VPL (Valor Presente Líquido).

Portanto, o plano financeiro permite que o empreendedor visualize se o projeto está sendo viável ou não, podendo assim redefinir suas metas e objetivos caso necessário, e diminuindo os riscos e incertezas, permitindo um melhor posicionamento na tomada de decisão.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3.1 HISTÓRICO DO SEBRAE

O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é um empresa privada sem fins lucrativos e com desenvolvimento sustentável, criado para auxiliar empreendimento de empresas de Micro e Pequeno Porte com rendimento anual de até R\$ 3,6 milhões.

O objetivo do SEBRAE é fornecer informação, conhecimento, consultoria, cursos, fazer parceria entre as grandes empresas com os pequenos produtores, e tudo mais o que o empreendimento precise para que o negócio se desenvolva, apoiando o pequeno empreendedor, para que assim ele cresça e fortaleça, ampliando favoravelmente o empreendedorismo na economia nacional.

Atendendo diversos segmentos de mercados, como comércio, serviço, indústria, agronegócio e economia criativa, auxiliando qualquer tipo de projeto, seja ele para abrir o negócio, ou para uma MPE que deseja se expandir, abrir associações tanto a fins lucrativos ou não, ou para aqueles que simplesmente querem formalizar a sua atividade produtiva.

Devido a tudo isso, ele abrange todo o território nacional para atender com mais eficácia e um maior número de negócios, promovendo fácil acesso ao conhecimento, crédito, tecnologia e mercado.

3.2 ANÁLISE DE DADOS

Com o intuito de evidenciar e apresentar melhores informações sobre o empreendedorismo e a importância de se fazer o plano de negócio, foi realizada uma pesquisa junto à unidade SEBRAE do município de São Mateus-ES, na data de três de novembro de dois mil e quinze, às dezesseis horas, onde entrevistamos o coordenador da mesma, o Sr. Wallace Negris Pereira, Bacharel em Administração de Empresas, Analista de Sistemas, Especialista em Docência do Ensino Superior, Mestre em Gestão e Tecnologia, professor e consultor de empresas.

Diante do tema proposto, perguntou-se qual o principal motivo para abertura de empresa – oportunidade ou necessidade, o Sr. Wallace respondeu que o empreendedorismo por oportunidade tem ganhado maior destaque dentro do mercado, onde afirmou que, como principal fator de crescimento, o empreendedor abriu o seu negócio ao perceber um nicho de mercado em potencial, daí o fato de tantas empresas concorrentes atuantes no mesmo cenário. Entretanto, também destacou o aumento da abertura de negócios através da necessidade, principalmente na busca mais satisfatória de ocupação e renda, além do aumento no índice de desemprego.

Motivo que fez o Sr(a) abrir a empresa	Frequências	Porcentagens (%)
Percepção de um nicho de mercado em potencial – Oportunidade	190	63,5
Falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda – Necessidade	109	36,5
Total	299	100

Não informou 1 entrevistado.



Conforme fonte acima utilizada pelo SEBRAE (2012), percebe-se dentro do cenário estudado a tabulação dos motivos presentes na abertura de novas empresas, complementando assim, a resposta fornecida pelo coordenador do SEBRAE.

Ao se perguntar qual a importância da utilização do plano de negócio na abertura de novos empreendimentos, o mesmo ao responder definiu que o plano de negócio é uma ferramenta de extrema importância para a abertura de uma nova empresa ou até mesmo para a sua atualização, porém, não é exclusivamente a responsável pelo sucesso e vida da empresa. Destacou que com a realização do plano de negócio fica possível ao empreendedor especular um possível cenário, onde irá identificar se o seu negócio é viável ou não, além de fornecer ao empreendedor uma breve noção dos campos administrativos. Sendo assim, o plano de negócio por si só é mais uma ferramenta de auxílio, onde o que fará o diferencial em sua aplicação será a forma como é introduzida, interpretada e revisada, logo maximizando as chances de sucesso e minimizando os erros.

Segundo Nigri (apud STURMER; SCHNEIDER; POLACINSKI, 2012, pag. 5):

Muitas empresas ainda não entendem a necessidade de um planejamento e, por isso, acabam falindo. Cerca de 30% delas fecha as portas no primeiro ano de funcionamento, chegando a 60% até o quinto ano. A grande questão é descobrir por que o empreendimento não alcança crescimento, buscando ferramentas para reverter o quadro e definindo novas estratégias. O planejamento não garante o sucesso, mas serve, principalmente, para minimizar os erros e otimizar as potencialidades e oportunidades.

Sendo assim, é possível perceber a importância da utilização do plano de negócios, não sendo uma ferramenta que irá garantir o sucesso da empresa, apenas ferramenta de auxílio e melhoria.

Buscando entender como funciona o serviço oferecido pelo SEBRAE, o Sr. Wallace destacou que o mesmo é uma instituição que sobrevive por meio de recursos arrecadados através de impostos, logo, tornando gratuito o serviço prestado. Também relatou sobre o crescimento e abertura de novos empreendimentos no interior do Estado, fazendo assim com que o SEBRAE expandisse as suas unidades por regiões, daí a abertura da unidade São Mateus. Ao explicar sobre o serviço de consultoria, ele destacou que se subdivide em três programas:

- **NEGÓCIO A NEGÓCIO** – que trata diretamente com o empreendedor, aplicando a ele conhecimentos numa gestão básica, abrangendo questões de mercado, finanças e operações, além de encaminhá-lo a treinamentos e capacitações;
- **SEBRAE TOTAL** – onde o SEBRAE se disponibiliza em atender de forma mais minuciosa e atenciosa, dando maior ênfase na empresa que pretende atender, além de disponibilizar de consultoria de até 2 horas, porém ao se tratar de casos mais complexos, o SEBRAE abre licitação para a consultoria a ser prestada e ao contratar o consultor subsidia até 80% do valor, ficando os 20% restantes em responsabilidade do empreendedor;
- **AGENTE LOCAL DE INOVAÇÃO (ALI)** – Serviço prestado na forma de orientação proativa e personalizada a Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que usam da prática de fazer ações inovadoras, além de auxiliar na demanda da empresa.

Questionado sobre as dificuldades encontradas pelo SEBRAE na prestação do seu serviço, o Sr. Wallace destacou que as maiores barreiras enfrentadas estão na falta de conhecimento técnico/científico do empreendedor, falta de controle financeiro e pouco ou nenhum conhecimento de gestão. Sendo assim, para a realização do trabalho, torna-se necessário aos consultores utilizar por vezes a linguagem do empreendedor, quebrando a barreira de contato e tornando mais fácil e aplicável para o conhecimento do empreendedor a importância da elaboração de um planejamento bem estruturado, onde também destacou que não pode ser desprezado o conhecimento empírico, adquirido pelo empreendedor no decorrer de sua caminhada.

Quando perguntado sobre a situação econômica do país, e de que forma esse fenômeno tem afetado as Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o mesmo declarou que até o primeiro semestre de 2015, ainda tem sido bastante relativo o seu comportamento, e, que as empresas começaram a sentir todo o impacto político-econômico apenas a partir do início do segundo semestre, diminuindo assim, a quantidade de registros. Ainda assim, muitas empresas conseguem manter-se ativas no mercado utilizando de outras estratégias ou mesmo do conhecimento próprio,

porém, como toda mudança imposta pelo mercado, é preciso inovar e se adaptar, onde torna-se necessário a empresa revisar ou implementar o plano de negócio para identificar o melhor cenário.

Ao ser perguntado como o surgimento e manutenção de (MPEs) focadas no processo de elaboração do plano de negócio contribuem para a economia do município, ele reafirmou que a elaboração de um plano de negócio por si só, não garante o sucesso ou estabilidade da empresa, pois a empresa é um sistema e existem subsistemas que interagem entre si, e quando funcionam em harmonia garantem uma possibilidade maior de acerto, porém, destacou também que muitas empresas conseguem sucesso com pouco planejamento. Destacou e fez um contraste diante do cenário político-econômico do país e o emergente crescimento do mercado do município de São Mateus-ES, frisando que, como ponto forte se destaca a atividade de comércio, acompanhado por serviços e abrindo novas portas com a chegada de indústrias, contribuindo assim, para o aumento na taxa de emprego e melhor circulação de recursos dentro do município.

4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

No presente trabalho, foi possível apresentar como o empreendedorismo tem tomado espaço no mercado atual, principalmente no meio das micro e pequenas empresas. Dentre as empresas que vão surgindo, podemos identificar as ferramentas que auxiliam na manutenção e na gestão destas empresas.

Para melhor esclarecer o objetivo geral desta pesquisa tornou-se necessário a distribuição deste tema em objetivos específicos, pelo qual, o assunto é exposto com mais clareza.

No primeiro objetivo específico, mostrou-se o que é o empreendedorismo, como tem surgido e quais as características que as empresas empreendedoras possuem. Nota-se também, a necessidade de um bom planejamento, para que as mesmas se mantenham crescentes no mercado.

No segundo objetivo específico, foi apresentado o plano de negócio, e mostrou se através da visão de alguns autores, como esta ferramenta tem sido importante na gestão contínua das empresas, pois engloba vários processos e dados necessários para a estabilidade da empresa no mercado atual, minimizando riscos futuros.

Com a entrevista, realizada junto ao órgão do SEBRAE, foi possível mensurar como as, micro e pequenas empresas têm se comportado diante do mercado, mediante o planejamento estratégico utilizado em seus negócios. Identificou-se que um bom planejamento, não só auxilia na gestão da empresa, como ameniza as incertezas decorrentes do tempo. A elaboração do plano de negócios é importante para o crescimento da empresa, dando uma visão futura do negócio, mas é visto como uma das ferramentas de auxílio que as empresas podem recorrer, sendo necessário também, para a gestão da empresa, o conhecimento, experiência e estudo contínuo do mercado atuante, e o SEBRAE tem acompanhado, auxiliado e dado suporte a micro e pequenas empresas do município de São Mateus – ES, esclarecendo assim o terceiro e o quarto objetivo específico.

Mediante o conteúdo exposto, é possível entender que o planejamento tem sido o fator mais importante para a permanência das micro e pequenas empresas no mercado. Planejar continuamente os “passos” da empresa tem sido fundamental para uma boa gestão implicando também, uma série de fatores que, em conjunto, permitem que o negócio seja algo mais duradouro e de sucesso.

Diante do exposto, pode-se verificar a visão bibliográfica referente ao tema proposto, e o que o SEBRAE tem como definição quando se fala da importância da elaboração e implementação do plano de negócio para Micro e Pequenas Empresas (MPEs), além de destacar a sua contribuição para a economia do município. Portanto, recomenda-se para futuras pesquisas o acompanhamento prático do desenvolvimento e aplicação do plano de negócio diante da visão do empreendedor, tornando assim possível realizar um comparativo diante dos dados propostos por meio deste estudo, além de evidenciar como o empreendedor utiliza essa ferramenta e qual o retorno obtido pela sua aplicação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7. ed. 2. Reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica** – 2. ed. Ampliada Aidil Jesus da Silveira Barros. – São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.
- BERNARDI, Luiz Antonio. **Manual de Empreendedorismo e Gestão: Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.
- BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. **Plano de Negócios: estratégias para micro e pequenas empresas**. – 1. ed.- São Paulo: Editora Manole Ltda, 2005.
- BOONE, Louis E; KURTZ, David L. **Marketing contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- CERTO, Samuel c., PETER, J. P. **Administração estratégica: Planejamento e implantação de estratégias**. 3. Ed. – São Paulo: Pearson, 2010.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007
- COBRA, Marcos. **Administração de Marketing**. 2. Ed. – 6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
- DORNELAS, José Carlos Assis, 1971 – **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. – 5ª impressão.
- DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. 30. ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- FERRÃO, Romário Gava; FERRÃO, Liliâm Maria. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**. 4. Ed. revisada e atualizada. – Vitória, ES: Incaper, 2012.
- FERREIRA, Ademir A; REIS, Ana Carla F. R; PEREIRA, Isabel P. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias**. 1.ed. – 8 reimp. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- GOMES, Isabela Motta. **Como elaborar uma pesquisa de mercado**. s.ed. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing: Conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. 1. Ed. – 6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. Ed. – 5 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

ROSA, Cláudio Afrânio. **Como elaborar um plano de negócios**. 1. Ed. – Brasília: Núcleo de comunicação do SEBRAE, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESA. **SEBRAE**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos>. Acesso em: 25 de Outubro de 2015.

_____. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório executivo**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_rel%C3%B3rio%20executivo.pdf>. Acessado em: 07 de Junho de 2015.

_____. **Pesquisa causas da mortalidade das MPEs capixabas**. Disponível em: http://mpeemnumeros.sebraees.com.br/mpe_es/5/?acao=itens&pai=1. Acessado em: 09 de Novembro de 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

STÜRMER, Augusto José Ritter; SCHNEIDER, Cristian Fin; POLACINSKI, Édio. **EMPREENDEDORISMO**: um plano de negócios para uma empresa de comércio de materiais de construção e ferragens, no ano de 2012. Artigo científico – Faculdade Horizontina Crissiumal (RS), 2012.

ANÁLISE DE PARETO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ORGANIZACIONAIS: ESTUDO DE CASO

Danúbia França da Silva ¹
Gabriela Frinhani Nico ²
Kelly Cristina Ferreira Galvão ³
Mohara Serafini Luppi ⁴
Ariadne B. Pedruzzi Chácara ⁵

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a relevância da utilização da ferramenta da qualidade Análise de Pareto na resolução de problemas organizacionais a partir da identificação de suas causas fundamentais. Bem como, explicar acerca do tema Gestão da Qualidade Total e suas ferramentas, expondo a visão dos principais autores da área a respeito do mesmo. Demonstra a partir do estudo de caso no setor de sustentabilidade de uma empresa de celulose que poucos são as causas que provocam impacto realmente relevante no resultado do problema analisado e apresenta um método de solução de problemas como caminho para resolução do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: Causas Fundamentais. Gestão da Qualidade. Ferramentas da Qualidade.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of using quality tool Pareto analysis in solving organizational problems by identifying its root causes. As well as explaining about the topic Total Quality Management and its tools, exposing a view of the main authors of the area about the same. It shows from the case study in sustainability sector of a pulp company that few are the causes really significant impact on the outcome of the analyzed problem and presents a troubleshooting method as a way to resolve the same.

KEY WORDS: Root Causes. Quality management. Quality tools.

¹Graduado em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix.

² Graduado em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix.

³Graduado em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix.

⁴Graduado em Administração pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix.

⁵Graduado em Administração e Pós-graduando em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix.

1. INTRODUÇÃO

Resolver um problema não é uma das tarefas mais fáceis de realizar, principalmente quando se trata de um problema que afeta negativamente os resultados finais de uma empresa. O maior desafio, no entanto, não está em identificar o problema, mas sim em sua causa fundamental, a sua origem, para que se possa atuar sobre ela e mitigá-la. Esta dificuldade poderia ser explicada pelo péssimo hábito da maioria dos gestores de acharem que se pode encontrar a solução de um problema apenas com base na experiência ou em um conhecimento que se é considerado o certo.

Segundo Campos (2004, p. 208):

As empresas possuem problemas que as privam de obter melhor produtividade e qualidade de seus produtos, além de prejudicar sua posição competitiva. Nós temos a tendência de achar que sabemos a solução destes problemas somente baseados na experiência ou naquilo que julgamos ser o conhecimento certo.

Para a resolução de problemas, porém, é necessário mais do que apenas experiência e intuição, precisa-se de ações baseadas em análises de fatos e dados.

Em muitas empresas, análise e solução de problema são confundidas com o que, no jargão da indústria, é conhecido como 'apagar incêndio'. Nesses casos o problema não é resolvido, é apenas contido ou adiado, pois nada ou quase nada é feito na causa raiz do problema. (BOHN, apud TERNER, 2000, p.12).

A Gestão da Qualidade Total apresenta ferramentas e métodos que, se utilizados de maneira correta e disciplinada, são eficazes na análise dos fatos e dados que resultam em um problema organizacional.

A Análise de Pareto, a qual foi utilizada no desenvolvimento deste trabalho, é fortemente caracterizada pela identificação das causas fundamentais de um problema, através de sua estratificação em problemas menores. Nela é possível enxergar que poucas são as causas realmente relevantes. Em outras palavras: existem poucos itens vitais e muitos itens triviais.

É importante salientar que uma ferramenta da qualidade, como a Análise de Pareto, não deve ganhar um aspecto mágico de solução de problemas. Por mais eficiente que seja, para apresentar resultados satisfatórios, faz-se necessária a participação efetiva de todos e a adoção de um método para se alcançar a meta desejada, onde a ferramenta é apenas um recurso utilizado no mesmo.

Segundo Campos (2004, p. 238):

O método é a sequência lógica para se atingir a meta desejada. A ferramenta é o recurso a ser utilizado no mesmo [...] O que soluciona problemas não são as ferramentas, mas sim o método.

Com base nisso foi apresentado também neste trabalho, o Método de Análise e Solução de Problemas (MASP) como um caminho para a utilização prática dos resultados obtidos na Análise de Pareto.

Possui como objetivo geral verificar a efetividade da utilização da ferramenta de qualidade Análise de Pareto na resolução de problemas, a partir da identificação de suas causas fundamentais através do estudo de caso no setor de sustentabilidade da Fibria – Centro de Operações de Conceição da Barra.

O presente artigo tem como objetivos específicos: identificar as causas do problema que será proposto pela empresa para estudo no seu setor de sustentabilidade; Analisar os dados disponibilizados pela empresa referentes à ocorrência do problema para a utilização do Diagrama de Pareto; Apresentar o método de análise e solução de problemas (MASP) para o uso dos resultados obtidos na análise realizada.

Mostrando assim, que o caminho para evitar ou resolver de fato problemas organizacionais é investir na qualidade, na execução de todas as etapas dos processos organizacionais, sejam operacionais ou gerenciais. O que consiste em um processo de melhoria contínua que persegue a máxima excelência na execução das atividades. Os benefícios se estendem em âmbito de produtividade, condições de trabalho, competitividade, redução de custos e principalmente satisfação dos clientes.

Conforme Moreira (2008, p. 554):

De forma mais completa, Total Quality Management (TQM) é uma filosofia integrada de gerência e um conjunto de práticas que enfatiza a melhoria contínua, a busca pelo atendimento das necessidades, do cliente, o pensamento de longo prazo, a eliminação de refugo e retrabalho, envolvimento do trabalhador, trabalho em equipe, novos projetos de processo, de benchmarking, análise e solução de problemas pelos empregados, medidas de resultados e relacionamento próximo com fornecedores.

Apesar disso, observa-se na maioria das empresas uma real dificuldade para solucionar de maneira eficaz e definitiva os problemas que surgem na rotina organizacional. Percebe-se uma tendência ao combate dos efeitos e não das causas dos resultados indesejados. Esta atitude, além de mostrar-se ineficiente no combate destes problemas, tende a torná-los crônicos e a estimular o surgimento de outros.

Neste sentido, surge a necessidade do estudo de Gestão da Qualidade Total, o qual apresenta uma proposta para a resolução eficaz de problemas organizacionais em suas causas fundamentais.

Este trabalho teve como função estudar sobre a experiência da utilização da ferramenta da qualidade Análise de Pareto na resolução de problemas organizacionais em suas causas fundamentais no setor de sustentabilidade da Fibria – Cento de Operações de Conceição da Barra como forma de verificação de sua eficiência e dos resultados com a utilização da mesma.

Como metodologia foram utilizadas as pesquisas exploratórias e descritivas com o propósito de um levantamento de dados através da análise das informações do sistema de classificação partes interessadas da empresa Sistema de Partes Interessadas - SISPART. Através desta análise foi possível identificar as principais causas do atraso no módulo de execução, tendo uma fundamentação sobre a importância da utilização da ferramenta da qualidade de Análise de Pareto.

De acordo com Ruiz (1996, p.50), a pesquisa exploratória:

Consiste numa caracterização inicial do problema, de sua classificação e de sua reta definição. Constitui, pois o primeiro estágio de toda a pesquisa científica; não tem por objetivo resolver de imediato o problema, mas tão-somente apanhá-lo, caracterizá-lo.

Através da pesquisa descritiva foi possível analisar e observar os dados coletados pelas práticas utilizadas na Análise de Pareto, dando diversas formas para identificar e resolver o problema.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61) a pesquisa descritiva:

Observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Como técnica para coleta dos dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para compreender os principais problemas da empresa de acordo com a temática, afim de ampliar o olhar para o presente artigo. Sobre isso, Cervo (2007, p. 60) diz que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, uma vez que se tratou em estudar sobre o atraso no módulo de execução SISPART, com a finalidade em aplicar métodos para serem utilizados no SISPART. Segundo Gil (2010, p. 37) o estudo de caso “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permite seu amplo e detalhado conhecimento”.

As fontes utilizadas neste trabalho possuem origens primárias e secundárias. As fontes primárias são aquelas que serão coletadas direto no campo, ou seja, as informações observadas e analisadas da empresa mencionada. As fontes secundárias são derivadas dos artigos, livros e sites que tratam da temática.

Conforme Andrade (2001, p. 43):

Fontes primárias são construídas por obras de textos originais, material ainda não trabalhado, sobre determinado assunto. Fontes secundárias referem-se a determinadas fontes primárias, isto é, são constituídas pela literatura originadas de determinadas fontes primárias e constituem-se fontes bibliográficas.

Sendo utilizadas as fontes secundárias, por se embasarem em dados já elaborados, Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 80) comentam, esses são “colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas”.

Segundo Malhotra (2001, p.155), pesquisa qualitativa é uma “metodologia de pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras, que proporciona *insights* e compreensão do contexto do problema”.

A análise qualitativa foi fundamental para organizar e classificar as informações coletadas da empresa, sendo dada a oportunidade do mesmo expressar livremente suas particularidades, comentários e opiniões acerca do tema. Transformando-se em um relatório compondo todos os dados coletados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE DA QUALIDADE TOTAL: FERRAMENTAS DO CONTROLE DE QUALIDADE

Controle de Qualidade Total (TQC – Total Quality Control) ou, como é visto em algumas literaturas, Administração da Qualidade Total (TQM – Total Quality Management) é um modelo de gestão que ganhou força no Japão após a segunda Guerra Mundial, com a chegada de estudiosos americanos que tinham a missão de recuperar o país das perdas que foram devastadoras, principalmente no setor empresarial, como afirmam Martins e Laugeni (2005, p. 498):

O conceito de que qualidade é importante surge em 1970, com o Renascimento da Indústria japonesa que, seguindo os preceitos do consultor americano W. E. Deming faz da qualidade uma arma para a vantagem competitiva.

O Controle da Qualidade Total consiste basicamente na adoção de métodos e ferramentas que formam um modelo de gestão onde se garanta a satisfação das necessidades de todas as pessoas. E quando se refere a todos, não se diz respeito apenas aos clientes ou aos donos do negócio, acionistas etc. Este termo aqui se trata de todas as pessoas que de alguma maneira são envolvidas e/ou afetadas pela

existência de uma determinada empresa, que são os clientes, os acionistas, os sócios, os donos; como também os colaboradores, a sociedade, o meio ambiente, as comunidades aos redores de onde se localiza etc. Enfim, é a busca de uma qualidade em todas as esferas onde ela pode existir, uma qualidade em sua totalidade, como diz Toledo (2014, p. 64) ao afirmar que:

Compreende o gerenciamento das relações entre todos os envolvidos com a existência da empresa, não se restringindo ao relacionamento com o cliente, o que inclui os colaboradores, os fornecedores e a própria sociedade, em sentido local e amplo.

Este modelo de gestão é dominado por uma filosofia de origem japonesa, denominada *Kaizen*, que exige um grande comprometimento de todos os indivíduos que fazem parte da empresa, consistindo numa forma de gestão orientada para a maximização da produtividade a partir da redução de custos através de uma busca constante pela melhoria contínua, aumentando conseqüentemente a rentabilidade do negócio.

Segundo Martins e Laugeni (2005, p.465):

É, pois, uma cultura voltada à melhoria contínua com foco na eliminação de perdas em todos os sistemas de uma organização e implica na aplicação de dois elementos, ou seja, na melhoria, entendidas como ações permanentes de mudança. Assim não haverá um único dia sem alguma espécie de melhoria na empresa.

Com esta filosofia *Kaizen* o Japão se recuperou surpreendentemente em poucas décadas de sua devastação total na Segunda Guerra Mundial, tornando-se destaque em crescimento econômico diante até de grandes potências da época.

FNQ (apud Terner, 2008, p. 22) salienta que:

Com trabalhos do Doutor Edwards Deming, envolvendo a disseminação dos conceitos de CEP e qualidade, a indústria japonesa apresentou crescimento significativo. Em 1951 a União Japonesa de Cientistas e Engenheiros (JUSE) Lançou o Deming Prize, primeiro prêmio para atestar qualidade do mundo. Três décadas depois, montadores e empresas de autopeças do Japão se estabeleceram nos Estados Unidos, e logo suas plantas obtiveram melhor desempenho, em termos de produtividade e competitividade, comparado ao desempenho de marcas tradicionais locais.

Abordagens de gestão antigas, baseadas em imposição de poder e rigorosas exigências de desempenho sobre os colaboradores não são mais suficientes para garantir a sobrevivência de uma empresa em um cenário marcado pela forte concorrência em que vivemos hoje.

De acordo com Campos (2004, p.16):

Hoje são necessários métodos que possam ser utilizados por todos em direção aos objetivos de sobrevivência da empresa. Estes métodos devem ser aprendidos e praticados por todos. Este é o princípio da abordagem gerencial do TQC.

Um dos fatores que podem influenciar no insucesso da implementação de um programa da qualidade é justamente a falta de compreensão deste princípio colocado por Campos, em que todos, desde a alta gerência, passando pela média até o nível operacional precisam entender o programa e o seu papel na execução do mesmo. E isto não se consegue através de imposição, é preciso haver uma disseminação eficiente da ideia e, principalmente, treinamento.

Conforme Campos (2004, p. 07) “o que realmente garante a sobrevivência das empresas é a garantia de sua competitividade”. Porém, esta competitividade depende da combinação de fatores importantes.

Deming (apud Moreira, 2012, p. 566) comenta que:

Qualidade e produtividade estão ligadas por uma cadeia de efeitos. A melhoria da qualidade leva a menores custos, que implicam o aumento da produtividade, por sua vez ajuda a organização a conquistar mercados com qualidade melhor e menores preços, melhorando a sua capacidade de sobrevivência e geração de empregos.

Um fator de tão grande relevância no desenvolvimento e sobrevivência de uma organização, como a qualidade, não pode deixar de ser gerido e controlado. Daí a importância do tema Controle de Qualidade Total.

O Controle de Qualidade Total é marcado pelo estabelecimento de métodos e padrões para garantir a qualidade no alcance dos objetivos organizacionais e apresenta para isso ferramentas, denominadas: Ferramentas da Qualidade. Essas

ferramentas podem ser usadas pelos mais diversos tipos de organizações, são de fácil entendimento e aplicação, porém exigem disciplina e comprometimento.

É preciso que todos os envolvidos entendam a necessidade de se implantar um programa de qualidade, que comprem a ideia e vistam a camisa, pois seu sucesso depende do empenho de todos e não se pode empenhar em algo que não se acredite verdadeiramente. Além disso, é um processo que exige tempo, pois envolve mudança em diferentes aspectos.

Conforme Moreira (2008, p. 565):

Os programas de qualidade total podem levar algum tempo antes de dar resultados animadores. Essa longa maturação é típica de programas que envolvem mudanças comportamentais. Tanto a ansiedade por resultados rápidos como por resultados de grande impacto imediato são fatores inibidores de sucesso.

Dentre as Ferramentas da Qualidade podemos citar:

- O Ciclo PDCA que é “uma ferramenta desenvolvida por E. W. Deming que consiste em quatro passos, que são: *plan* (planejar), *do* (executar), *check* (verificar) e *act* (agir)”. (MARTINS; LAUGENI, 2005, p. 507);
- O 5W2H, que por sua vez consiste nos termos “*Wath* (o que), *Who* (quem), *Why* (por que), *Where* (onde), *When* (quando), *How* (como) e *HowMuch* (quanto) e serve no auxílio em processos de planejamento de atividades.” (PALADINI, 2009);
- Diagrama de Causa e Efeito de Ishikawa que “tem forma de espinha de peixe é um gráfico cuja a finalidade é organizar o raciocínio e a discussão sobre as causas de um problema prioritário e analisar as dispersões em seu processo e os efeitos decorrentes disso” (PALADINI, 2009).
- Entre outros.

Estas ferramentas são importantes fatores para o sucesso de um processo de implementação de um programa de gestão de qualidade total. Sem elas este processo torna-se inviável, mas separadamente não são capazes de gerar os resultados necessários para obter uma eficiente gestão de qualidade, uma vez que fazem parte de um sistema maior.

2.2 ANÁLISE DE PARETO: AÇÃO SOBRE AS CAUSAS DO PROBLEMA

Um determinado evento é considerado um problema a partir do momento em que começa a produzir resultados indesejáveis para uma empresa. A partir de então, dever-se-ia iniciar uma mobilização em busca da resolução deste problema. Porém, nem sempre é o que acontece. O que se vê na maioria dos casos são tentativas de eliminar a todo custo esses resultados indesejáveis, o que não significa trabalhar para resolver de fato o problema. Esta típica atitude é conhecida como ação sobre os efeitos e não sobre as causas.

Conforme Bohn (apud TERNER, 2008, p.12):

Em muitas empresas, análise e solução de problema são confundidas com o que, no jargão da indústria, é conhecido como 'apagar incêndio'. Nesses casos o problema não é resolvido, é apenas contido ou adiado, pois nada ou quase nada é feito na causa raiz do problema.

Esta prática tão comum entre uma parte bastante significativa de nossas organizações, não só são ineficientes no tratamento de problemas, como são causa do agravamento deles e do surgimento de outros. Isto porque falta um trabalho de investigação da fonte do problema em questão, para assim haver concentração de esforços no ponto certo e economia de tempo e recursos em tentativas em vão de agir sobre os efeitos.

Gosh e Sobek (apud TERNER, 2008, p.14), afirmam que:

As abordagens de curto prazo é a modalidade predominante escolhida para resolver problemas nas organizações. Em consequência, os problemas voltam e impedem o funcionamento suave [...] Na melhor das hipóteses essa situação levará que problemas menores serão ignorados. No pior cenário, incêndios crônicos consumirão recursos operacionais.

A Análise de Pareto ou Diagrama de Pareto é uma das sete ferramentas básicas da qualidade e tem como ideia principal identificar estas causas que são as que possuem maior impacto sobre a ocorrência do problema e tratá-las como prioridade sobre as outras. Desta forma, ataca-se o problema no ponto certo. De acordo com Campos (2004, p. 227) "o método de Análise De Pareto permite dividir um problema em um grande número de problemas menores e que são mais fáceis de serem resolvidos com o envolvimento das pessoas da empresa".

A primeira etapa da elaboração desta análise é a identificação do problema. Como já dito anteriormente, um problema é notado a partir de um resultado indesejado.

Campos (2004, p. 229) afirma que:

Será um mal resultado de qualidade de um produto ou serviço: um número grande de reclamações de clientes; custo elevado que impossibilita a prática de preços competitivos; atrasos de entrega de produtos/serviços; insatisfação dos empregados; número elevado de acidentes; perda de “Market-share”, etc.

A partir deste mal resultado, formula-se o problema a ser trabalhado nas etapas posteriores. A próxima etapa é a estratificação, ou seja, dividir o problema em estratos menores. Para esta etapa devem ser convidadas todas as pessoas que podem contribuir com a análise, pois aqui serão coletadas opiniões de diversos pontos de vista sobre o que leva aos resultados indesejados. Esta análise parte da seguinte questão: Como ocorre este problema? Após a exposição da opinião de todos os presentes, elegem-se as mais importantes, ou seja, aqueles que na opinião da maioria causam maior impacto na ocorrência do problema. “Aconselha-se que sejam um mínimo de 2 e um máximo de 6 a 7 fatores vitais. O resto dos fatores são tratados como outros.” (CAMPOS, 2004, p. 229). Isso é demonstrado na tabela 1.

TABELA 1 - RESULTADO DA ESTRATIFICAÇÃO DO PROBLEMA “ATRASOS DE PAGAMENTO” (SIMULADO)

ESTRATOS
1. Falta de recursos em caixa.
2. Nota Fiscal errada.
3. Cobrança indevida.
4. Nota Fiscal atrasada.
5. Problemas do setor de tesouraria.
6. Outros

Fonte: (CAMPOS, 2004, p. 227)

O próximo passo é a coleta de dados. Organizam-se os resultados da estratificação feita anteriormente em uma planilha para facilitar esta coleta. Feito isso, inicia-se o processo de levantamento de dados para verificar a importância de cada item. Uma pessoa devidamente instruída estudará certo número de ocorrências do problema em um determinado período e classificar a frequência de cada estrato nestas ocorrências, como mostra a tabela 2.

TABELA 2 - ESTRATIFICAÇÃO RELATIVA A 1000 CASOS DE PAGAMENTO QUE GERARAM 700 ATRASOS (DADOS SIMULADOS)

ESTRATOS	FREQUÊNCIA
1. Falta de recursos em caixa.	20
2. Nota Fiscal errada.	50
3. Cobrança indevida.	150
4. Nota Fiscal atrasada.	350
5. Problemas do setor de tesouraria.	80
6. Outros.	50

Fonte: (CAMPOS, 2004, p.229)

Esta coleta de dados não pode ser feita de qualquer maneira. Campos (2004, p. 230) aponta alguns motivos pelos quais muito cuidado deve ser tomado nesse processo:

- As anotações poderiam ser feitas de forma errada;
- A prática de amostragem poderia ser imperfeita;
- O critério do que é bom ou ruim poderiam não estar bem estabelecido;
- Os equipamentos de poderiam não estar aferidos.

A seguir, estrutura-se uma representação gráfica dos dados coletados até o momento. Este gráfico ajudará na visualização da representatividade de cada estrato no problema a ser tratado. Será o diagrama de Pareto. Isto é mostrado na figura 1.

Campos (2004, p.231) relata que:

A estratificação seguida da coleta de dados e a visualização gráfica apresentada no Diagrama de Pareto permitem priorizar quantitativamente os itens mais importantes. Aqui entra o "Princípio de Pareto", que diz que "muitos itens são triviais e poucos são vitais".

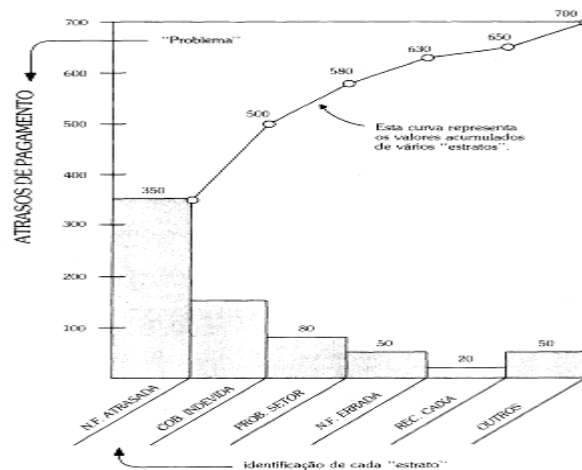


Figura 1: Diagrama de Pareto

Fonte: (CAMPOS, 2004, p. 230)

Depois de dispor os resultados da coleta de dados graficamente, é hora de passar para a etapa de desdobramento que é onde cada item do gráfico passa a ser tratado com um novo problema criando assim vários projetos a serem trabalhados para a resolução do problema inicial. Campos, 2004, p. 176 diz que “nesta etapa já é possível direcionar cada um destes projetos para seus respectivos responsáveis. Estes por sua vez repetirão todas as etapas mencionadas anteriormente e assim sucessivamente até que seja possível atacar os pontos chave de cada um”, como é mostrado na figura 2.

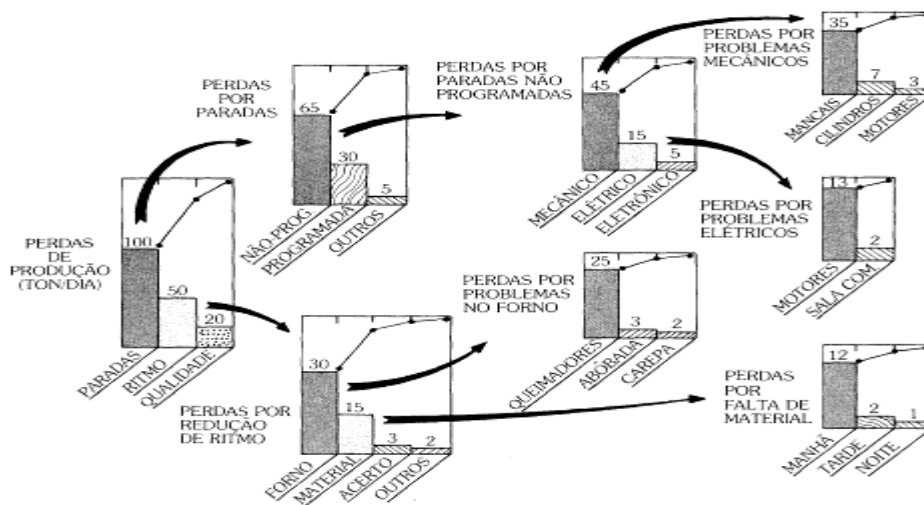


Figura 2 – Exemplo simulado de uma Análise Pareto

Fonte: (CAMPOS, 2004, p.231)

A última etapa e de importância fundamental como as outras, é o estabelecimento de metas, a apresentação dos resultados que se pode obter com a execução dos projetos. Esta etapa é importante, porque além dar uma visão de onde se pode chegar ajudar a conquistar a parceria e o apoio da alta direção na execução dos projetos. Estabelecer estas metas é muito simples, como mostra a tabela 3.

TABELA 3 - GANHOS POTENCIAIS SE FOREM ATACADOS QUATRO PROJETOS

PROJETO	GANHO POTENCIAL
Eliminação da quebra de mancais.	35 ton./dia
Eliminação de quebra de queimadores.	25 ton./dia
Eliminação dos problemas elétricos de motores.	13 ton./dia
Eliminação da falta de material da manhã.	12 ton./dia
TOTAL	85 ton./dia

Fonte: (CAMPOS, 2004, p. 231)

No exemplo apresentado pela tabela 3, foram identificados um total de perdas de 170 toneladas da produção de um determinado produto por dia com o problema “perdas de produção”, das quais 85 toneladas são perdidas por causa de quatro estratos. Se esses projetos forem atacados, 50% das perdas na produção deste determinado produto serão evitadas.

2.3 MASP – MÉTODO PARA ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMO ROTEIRO PARA UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DA QUALIDADE

O insucesso na resolução eficaz de problemas em empresas pode ser explicado de diversas formas. Anteriormente já foi dito que este insucesso pode se dar por falta de análise, por decisões tomadas a partir de intuição, do “achismo”, por ações sobre os efeitos e não sobre as causas etc. Toledo (2014, p. 169) apresenta tudo isso de uma forma resumida, ao dizer:

Problemas tais como peças defeituosas resultantes de um processo, notas fiscais emitidas erroneamente, produtos entregues em clientes errados [...] não são estruturados o suficiente, e para abordagem dos mesmos não existe uma técnica específica. Este segundo tipo de problema, do ponto de

vista quantitativo, representa a maior parte dos problemas de uma organização.

Ferramentas e *softwares* existem demasiadamente, apesar disso, problemas continuam existindo e se tornando crônicos, consumindo aos poucos os recursos de uma organização. Isso por que o uso isolado destes instrumentos não é suficiente para resolver um problema. É preciso que haja um preparo do ambiente para que estas ferramentas entrem e façam o seu papel.

Conforme Campos (2004, p. 238):

Convém ressaltar a diferença entre método e ferramenta. O método é a sequência lógica para se atingir a meta desejada. A ferramenta é o recurso utilizado no mesmo. De nada adianta conhecer várias ferramentas se o método não é dominado.

Esta é a proposta do Método para Análise e Solução de Problemas (MASP). Este método, segundo Toledo (2014, p. 170):

Foi desenvolvido no Japão pela JUSE – Union Of Japanese Scientists and Engineers, e é uma das ferramentas mais difundidas no mundo. Esse método, com algumas adaptações, por exemplo, é obrigatório nas atividades de ações corretivas, preventivas e de melhoria previstas nas normas TS 16949.

Consiste em oito etapas, como mostra a Tabela 4.

TABELA 4 - ETAPAS DO MASP E SEUS OBJETIVOS

Etapas	Objetivos
1) Identificação do problema	Definir claramente o problema e reconhecer sua importância. Ou seja, avaliar o que se perde e o que se pode ganhar com a solução do problema
2) Observação	Investigar as características específicas do problema, com uma visão ampla, sob vários pontos de vista, e de forma participativa.
3) Análise	Identificar as causas mais importantes, a relação de causa e efeitos entre elas e, dentre estas, a causa raiz.
4) Plano de Ação	Discutir e elaborar um plano de ação, possível, que elimine ou controle a causa raiz.
5) Ação	Eliminar, controlar ou bloquear a causa raiz.
6) Verificação	Acompanhar os resultados do processo e verificar se a ação e o controle da causa foram efetivos. Observar a eventual geração de efeitos colaterais indesejáveis. Se não foram gerados os efeitos desejados, deve se retornar a etapa 2.
7) Padronização	Padronizar ou adequar aos padrões existentes (de produtos e processos) para prevenir contra o reaparecimento do problema.
8) Conclusão	Revisar e discutir toda experiência do processo de solução do problema (aplicação do MASP) para gerar e difundir aprendizagens para futuras aplicações do método. Planejar a abordagem de problemas remanescentes relacionado ao problema estudado, ou ao foco em mais melhorias no problema estudado ou a novos problemas identificados.

Fonte: (TOLEDO, 2014, p.171)

Apesar de parecer demasiadamente simples, o (MASP) pode ser um dos caminhos mais eficientes para se solucionar problemas, pois está diretamente ligado com os fatos e dados.

Toledo (2014, p. 171) afirma que:

Esse método pode parecer uma maneira relativamente simplista de se resolver um problema, mas ao longo do tempo, ele demonstra ser a rota mais segura, curta e que permite a aprendizagem para análise e solução de problemas, usando uma abordagem mais científica.

Como dito anteriormente, a Gestão da Qualidade Total é um sistema que envolve vários processos para acontecer. Podemos dizer que o MASP (Método Para Análise E Solução De Problemas) é como um subsistema da Gestão da Qualidade Total que também é composto por outros processos como mostra a tabela 4. No MASP todas as ferramentas da qualidade já citadas entram em ação.

2.4 ESTUDO DE CASO

Empresa brasileira e líder mundial na produção de celulose de eucalipto, a Fibria tem sua operação totalmente focada em plantios florestais nos estados da Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com mais de 17 mil trabalhadores (entre empregados próprios e terceiros) e base florestal de 846 mil hectares - dos quais 284 mil são destinados à conservação ambiental - a Fibria possui hoje uma capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose. Além de floresta própria, a empresa tem 2.148 contratos com fornecedores de madeira, correspondendo a 71.272 hectares de plantio de eucalipto.

Suas fábricas estão localizadas de forma estratégica nos municípios de Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), onde fica a Veracel, operação controlada em conjunto (joint operation) com a Stora Enso. Além disso, em parceria

com a Cenibra, a Fibria opera o único porto brasileiro especializado em embarque de celulose, o Portocel (Aracruz, ES).

O Sistema de Partes Interessadas – SISPART, utilizado pelo setor de sustentabilidade da Fibria é uma ferramenta desenvolvida para gerir em todos os aspectos os investimentos sociais da empresa. Serve para controlar o fluxo de solicitações que vem através de ofícios de associações ou instituições. Armazena de forma segura as informações referentes a cada processo inserido, mantendo-as seguras e disponíveis para consultas e análises necessárias para efetuação da doação ou parceria solicitada.

Atualmente, o Centro de Operações de Conceição da Barra – COCB enfrenta o problema de atrasos no módulo de execução do SISPART, ou seja, a execução dos processos deferidos sofrem atrasos e estes afetam negativamente o Índice de Desenvolvimento Socioambiental - IDSA do setor. O IDSA é utilizado para avaliar e medir no médio prazo o desempenho socioambiental da empresa e um número muito elevado de atrasos pode significar a perda de participação no lucro no final de cada ano. A Análise de Pareto foi utilizada para identificar as causas fundamentais do problema Atrasos no Módulo de Execução.

Através do SISPART, foram analisados os últimos 79 casos de doações. Destes 79, 29 apresentaram atrasos. Perguntado para os operadores do sistema sobre os motivos que, na opinião destes, mais influenciavam nestes atrasos, obteve-se o seguinte resultado:

TABELA 5 - MOTIVOS QUE MAIS INFLUENCIAM NOS CASOS DE ATRASOS

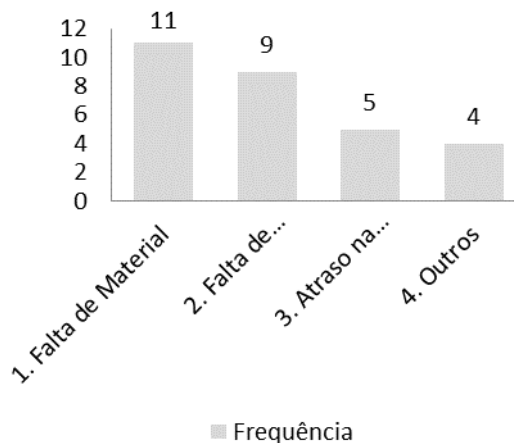
Extratos
1. Falta de Material
2. Falta de Transporte
3. Atraso na emissão de Notas Fiscais

Analisou-se então cada uma das situações onde houvera atrasos para identificar o motivo pelo qual os atrasos ocorram. O resultado está apresentado na tabela 6.

TABELA 6 – FREQUÊNCIA DE CADA MOTIVO NOS CASOS DE ATRASO

Motivos	Frequência
1. Falta de Material	11
2. Falta de Transporte	9
3. Atraso na emissão de N	5
4. Outros	4

Na tabela 6, é apresentada a frequência de cada causa, tratadas como motivos, na ocorrência do problema de atraso no módulo de execução do SISPART, e para uma melhor visualização da representatividade de cada causa no resultado final do problema, apresenta-se a seguir no gráfico 1 esses dados, o qual se denomina Diagrama de Pareto.

**Gráfico 1 – Diagrama de Pareto**

Através desta representação é possível visualizar que, das causas apontadas, duas delas, falta de material e falta de transporte, são responsáveis por 20 atrasos do número total de atrasos no módulo de execução do SISPART. Parte-se então para a análise individual destas duas causas. Os resultados destas análises estão apresentados nas tabelas a seguir:

TABELA 7 - O QUE CAUSA A FALTA DE MATERIAL

Motivos	Frequência
1. Material indisponível no momento da execução	7
2. Problema de conciliação da disponibilidade do doador e solicitante	2
3. Madeira queimada por invasão dos quilombolas	1
4. Outros	1

A tabela 7 mostra que dos 11 atrasos causados por falta de material, a indisponibilidade de material no momento da execução é responsável por 7 destes atrasos.

TABELA 8 - O QUE CAUSA A FALTA DE TRANSPORTE

Motivos	Frequência
1. Solicitante não conseguiu transporte no tempo necessário	7
2. Problema de comunicação	1
3. Clima	1

A tabela 8 mostra que dos 9 atrasos causados por falta de transporte, 7 são causados pelo fato de o solicitante não conseguir transporte no tempo necessário.

O gráfico 2 apresentado a seguir, mostra a estratificação das duas causas apresentadas nas tabelas 7 e 8.

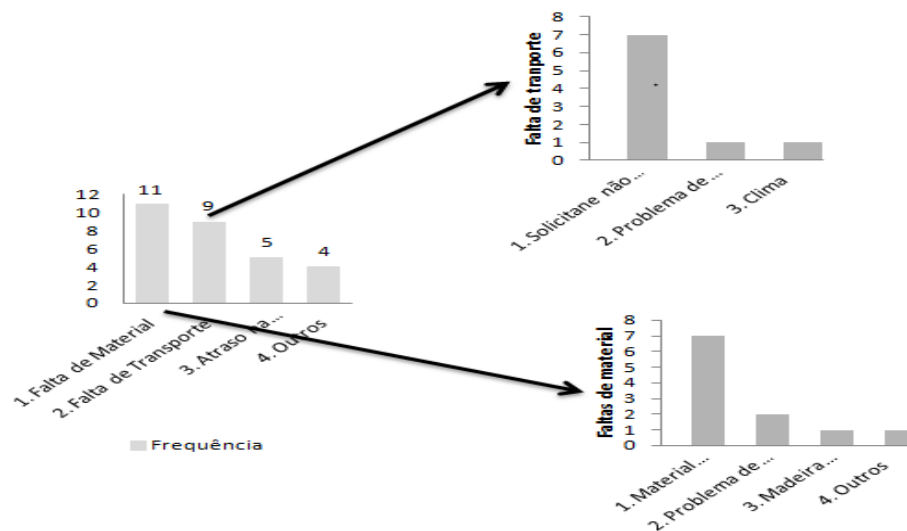


Gráfico 2 – Análise de Pareto

Como mostrará a tabela 9 a seguir, se forem atacadas essas duas causas como projetos individuais para serem analisados e solucionados, poderá se evitar 20 atrasos nas próximas doações. Isto representará 69% no número total de atrasos.

TABELA 9 - ESTABELECIMENTO DE METAS

Projeto	Redução de atrasos
1. Falta de materias	12
2. Falta de Transporte	8
Total	20

$$20/29 = 0,69 \times 100 = 69\%$$

Como mostra a equação, esta redução representará 69% no número total de atrasos.

3. CONCLUSÃO

O presente trabalho pôde concluir então que a Análise de Pareto é realmente uma ferramenta eficaz na busca pelas causas fundamentais de um problema, uma vez que com sua utilização foi possível analisar os dados fornecidos pela empresa e estratificar o problema Atrasos no Módulo de Execução, mostrando assim que o que causa o problema vai além do que se enxerga inicialmente e que poucos são os fatores de impacto realmente relevantes, atingindo assim o primeiro e segundo objetivos específicos. Sabendo disso, agora é possível concentrar forças nos pontos certos para solucionar o problema apresentado, que como mostrou a Análise de Pareto, são oriundos da falta de material e falta de transporte.

Como sugestão para uso dos dados fornecidos pela Análise Pareto para solucionar de fato o problema de Atrasos no Módulo de Execução, foi apresentado no referencial teórico o Método de Análise e Solução de Problemas (MASP), pois, como salientado no decorrer do trabalho, uma ferramenta por si só não é suficientemente eficaz na resolução de um problema e o Método de Análise e Solução de Problemas (MASP) é o caminho mais simples e ao mesmo tempo mais seguro para utilizar as informações fornecidas pela ferramenta, atingindo-se assim o terceiro objetivo específico.

Desta forma, foi atingido o objetivo de apresentar a Análise de Pareto como fator fundamental no caminho resolução de problemas organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2001.
- CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC - Controle de qualidade total** (no estílo japonês) 8. ed. Nova Lima – MG: INDG, 2004.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo, 2007.
- FACULDADE NORTE CAPIXABA DE SÃO MATEUS. **Manual de Normas Técnicas**. São Mateus Multivix, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed.. São Paulo: Atlas, 2010.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MOREIRA, D. A. **As ministração da produção e operações**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- PALADINI, Edson. **Gestão Estratégica da Qualidade**. Atlas, 2009. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/12/5w2h-o-que-e-e-como-utilizar.html>> Acesso em: 07 Nov. 2015.
- TERNER, Gilberto Luís. **Avaliação da aplicação dos métodos de solução de problemas em uma empresa metal – Mecânica**. Porto Alegre: 2008. Dissertação de Pós Graduação (Engenharia de Produção) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- TOLEDO, José Carlos et al. **Qualidade: gestão e métodos**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- RUIZ, J. A.. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4.ed., São Paulo: Atlas; 1996.

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Gabriela Prazeres Da Conceição¹

RESUMO

O referido estudo visa aprofundar sobre a temática que envolve o abuso sexual intrafamiliar e conhecer os instrumentos de intervenção que norteiam a ação do profissional de serviço social frente a essa questão social. Visa também, conceituar violência sexual e suas variadas formas de acontecer. O trabalho possui como base teórica, artigos, publicações e livros de autores especializados nessa temática, os quais, foram extremamente necessários para a construção do referencial. Realizou-se um estudo de caso, através de um questionário, com a assistente social que atua no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) afim de conhecer o processo de atuação do profissional, suas intervenções e técnicas utilizadas, os desafios encontrados e os meios para superá-los. Contribuindo na construção do olhar crítico e na formação de profissionais modificadores da realidade

PALAVRAS CHAVE: Abuso Sexual. Serviço Social. Criança

ABSTRACT

The study aims to deepen on the subject involving the intra-family sexual abuse and know the intervention instruments that guide the action of the professional social service face of this social issue. Visa also conceptualize sexual violence and its many forms to happen. The work has as theoretical basis, articles, publications and books of authors specialized in this subject, which were sorely needed to build the framework. We conducted a case study, using a questionnaire, with the social worker who works in the Reference Center for Social Assistance (CREAS) in order to know the professional work process, their interventions and techniques used, the challenges and means to overcome them. Contributing in building the critical eye and training modifiers professional reality

KEY WORDS: Sexual Abuse. Social Service. Child.

¹Graduada em Serviço Social pela Faculdade Norte Capixaba de São Mateus.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais presente na sociedade, o abuso sexual é uma expressão da questão social que emergiu e ganhou mais visibilidade nos últimos anos com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual, crianças e adolescentes se tornam sujeitos de direitos garantidos por lei. Diante do exposto, o tema abuso sexual foi delimitado para o abuso sexual intrafamiliar, por acontecer no seio familiar da criança, onde este deveria ser o meio de proteção, amor e zelo.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) (1990), são consideradas crianças os menores de 12 anos de idade. Indivíduos em fase de desenvolvimento da personalidade e caráter. Tem como base de formação social o meio em que está inserido, por isso a família é muito importante no processo de socialização da criança, pois através dos ensinamentos a criança molda o seu ser social. Muitas crianças, infelizmente, não têm uma família base e o local onde deveria se sentir protegida e acolhida vira palco de situações onde há violações de direitos.

Segundo os artigos 4º e 5º do Estatuto da Criança e do adolescente (1990) que dispõe:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art.5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECRIAD, 1990)

A complexidade em que abuso sexual intrafamiliar está inserido traz à tona famílias que necessitam de um efetivo acompanhamento. Então faz-se necessário, compreender e estudar o contexto histórico do indivíduo e sua família. O abuso sexual é cercado por inúmeros questionamentos, tabus, omissões, frustrações entre outros, a partir desses questionamentos, a proposta do trabalho é de conhecer as intervenções e procedimentos que são realizados desde a descoberta até o acompanhamento e tratamento.

O referido estudo possui como objetivo geral conhecer as intervenções e instrumentos utilizados pelo profissional do serviço social durante o acompanhamento de uma criança vítima de abuso sexual intrafamiliar. A partir dos estudos e pesquisas pretende-se: conceituar a violência sexual intrafamiliar, conhecer a rede de atendimento a criança que se encontra vítima de violência sexual e conhecer e aprofundar sobre o processo de trabalho do profissional de serviço social.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é de grande relevância, pois permite buscar respostas a temas ainda não explorados ou que se queira compreender melhor. De acordo com Gil (2007), a pesquisa é:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema(Gil, 2007, pag. 1).

A finalidade da pesquisa no referido trabalho é conhecer e aprofundar sobre o abuso sexual, então a pesquisa exploratória irá oferecer maior familiaridade sobre o assunto referenciado, a fim, de construir uma visão mais clara sobre o estudo. De acordo com Gil,

Tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado(Gil, 2007, pag. 27).

A técnica de coletas de dados utilizada foi a bibliográfica e o estudo de caso. Um dos benefícios nessa técnica de coletas de dados bibliográfica é permitir conhecer vários autores e estudos sem precisar se locomover. Como sinaliza Gil,

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muitos disperso pelo espaço(GIL, 2007, pag. 29)

Para Gil (2008) o “Estudo de Campo busca conhecer uma realidade específica, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Ou seja, através de entrevistas e observações é possível identificar quais as atividades executadas naquela realidade e como funciona, auxiliando a materializar o que foi estudado durante a pesquisa bibliográfica. O estudo de caso contribui para o fortalecimento de argumentos a serem elaborados para dar mais vivacidade no trabalho apresentado.

A fonte para coletas de dados foi desenvolvida de forma secundária. Segundo Lakatos e Marconi (1992) “As fontes secundárias tratam-se de um levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas”. Os estudos já *publicados como livros, revistas eletrônicas e artigos acadêmicos* foram de grande *importância, pois serviram como norteador para* construção de argumentos que sustentaram e fomentaram o referencial teórico.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi realizado por meio de questionário encaminhado via e-mail para a profissional de que atua na instituição. A profissional respondeu-o e encaminhou novamente para realizar o tratamento e análise da coleta de dados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CONCEITO DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Quando se fala em violência entende-se como ato de exercer um poder/ou força a outrem que não tem como se defender, ficando obrigado a realizar atos contra a sua vontade. Quando envolvem crianças o assunto é muito mais complexo, pois pode gerar consequências irreversíveis na vida social, psíquica da criança e da família envolvida.

É preciso conceituar e entender cada violência, uma vez que cada uma delas tem a sua particularidade e modo de serem cometidos. Esses conceitos dão mais entendimento e auxilia a compreender melhor que violência não se restringe

somente a atos que deixam marcas, mas sim um fenômeno que ocorre das mais variadas formas e situações.

Dentre as formas em que a violência pode ocorrer, surge a violência intrafamiliar. De acordo com o Ministério da Saúde (2009).

A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra. (BRASIL, 2009)

E...

A violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação-dominação. Nessas relações – homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras – as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar

A violência intrafamiliar é um fenômeno em que ocorre dentro do âmbito familiar, é uma violência caracterizada muitas vezes como silenciosa, pois os envolvidos preferem não expor a violência sofrida por motivos de medo, vergonha, represálias, enfim há inúmeros motivos que levam a alguém a continuar a sofrer violência. De acordo com Azevedo e Guerra a violência intrafamiliar se caracteriza como:

Negligência familiar: Quando as famílias não provem as necessidades básicas da criança, a omissão em promover o acesso a saúde, educação e lazer colocando em risco o desenvolvimento da criança, deixando expostos a vulnerabilidade e risco social

Violência Física: Quando causa danos físicos, podendo provocar lesões internas e externas.

Violência Psicológica: Quando são proferidas palavras a fim de impor medo, autoridade, frustrações, insegurança, degradação da imagem entre outros.

Violência Sexual: Ato ou ação em que um sujeito exerce poder/ou força a outra contra a sua vontade e a faz praticar atos sexuais ou a exposição de conteúdos pornográficos sem o consentimento da outra parte envolvida.

Abuso Sexual: Cometido contra crianças e adolescente que não estão preparados para ter relações sexuais, não compreende e não possuem consentimento para tais atividades e normalmente a situação de uso do poder entre o abusador e a vítima. (AZEVEDO E GUERRA, 2007, s.p)

Há várias formas de sofrer violência intrafamiliar como se pode notar, desde palavras proferidas a atos que deixam marcas evidentes. O abuso sexual é uma das formas de sofrer violência intrafamiliar, que configura como ato que envolve crianças e adolescentes que não possuem pleno desenvolvimento e discernimento em consentir o que lhe é imposto.

Azevedo e Guerra também citam as formas de se cometer um abuso sexual sendo elas:

Incesto- qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda, entre adolescentes, quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade. do ponto de vista legal, é a situação em que ocorre penetração vaginal com uso de violência ou grave ameaça.

Sedução- situação em que há penetração vaginal sem uso de violência em adolescentes virgens, de 14 a 18 anos incompletos.

Atentado violento ao pudor- circunstância em que há constrangimento de alguém a praticar atos libidinosos, sem penetração vaginal, utilizando violência ou grave ameaça, sendo que, em crianças e adolescentes de até 14 anos, a violência é presumida, como no estupro.

Exploração Sexual- é a inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Inclui a pornografia infantil e a prostituição. (AZEVEDO E GUERRA, 2011, s.p)

Para Azevedo e Guerra (2011), há várias formas de cometer abuso sexual, como já supracitado, sendo praticado na maioria das vezes sem precisar o uso de força física, sem deixar marcas, dificultando assim a comprovação da violência. Não é considerado como violência sexual somente o ato consumado, mas sim carícias não desejadas, exposição a conteúdos eróticos e pornográficos, presenciar contra vontade atos sexuais de terceiros, penetrações, sexo oral, anal ou genital e inserção de objetos nas respectivas partes genitais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002)

O abuso sexual quando cometido dentro do âmbito familiar, também se configura como incesto, pois é praticado na maioria das vezes pelo pai ou parentes próximos, tendo, estes, algum vínculo parental com a criança. A criança está inserida dentro do local onde acontecem os abusos, ou seja, sofre com a violência diariamente, sofre com o silêncio, sofre pelo convívio direto com o abusador e sofre em não saber lidar com a situação e não ter discernimento entre o certo do errado.

O incesto é poderoso. Sua devastação é maior do que a das violências sexuais não incestuosas contra crianças, porque o incesto se insere nas constelações das emoções e dos conflitos familiares. Não há estranho de que se possa fugir, não há uma casa para onde se possa escapar. A criança não sente segura nem mesmo na sua própria cama. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto; ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor está sempre presente e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima (SUSAN FORWARD e CRAIG BUCK, 2013, s.p).

Azevedo e Guerra enfatizam que o incesto é um ato que não envolve somente o abuso sobre a vítima, mas envolve todo o contexto familiar, expõe a carência de diálogo, a carência de uma família estruturada, todo um histórico familiar desestruturado.

Devemos considerar o incesto como um ato egoísta, que atrapalha e desestrutura a família. Devemos também considera-lo não apenas como uma relação sexual entre duas pessoas, mas uma relação que nasceu devido à ausência de uma estrutura familiar que pudesse contê-la. (AZEVEDO e GUERRA, 2007 s.p).

Azevedo e Guerra (2007) afirmam que adulto de modo geral, exerce poder sobre a criança. É algo imposto socialmente e culturalmente, seja pai, mãe, avó ou avô, independentemente da sua relação com a criança, à mesma deve obedecer sem impor ao que o adulto profere, sendo uma relação muitas vezes de autoridade sem argumentos plausíveis, na maioria das vezes, ouve geralmente as seguintes frases: “porque sim”, “porque sou sua mãe”, “porque você é criança e não entende”, entre outros, ou seja, a criança desde o primórdio deve obedecer ao adulto. Infelizmente o abusador aproveita do poder imposto, culturalmente, para coagir a vitima a praticar atos libidinosos e assim ferir com a liberdade de ir e vir, ficando a mesma subordinada aos abusos. Azevedo e Guerra discorrem sobre o poder do pai, e o poder que o mesmo exerce sobre a criança:

O pai como detém grande poder e é autoridade suprema da família, merece a confiança dos filhos, ou seja, é a pessoa respeitada, que só deseja o “bem” dos filhos. Nesta circunstância, quer o pai adote a abordagem sedutora, quer prefira a abordagem agressiva para manter relações libidinosas de toda a sorte, com sua filha, tem pouquíssimas probabilidades de fracasso. (Azevedo e Guerra, 2011, p. 60)

Esse poder imposto socialmente, como já supracitado, expõe o quanto a criança é fragilizada e vulnerável a situações de abusos. O pai detém a figura protetora, aquele que não pode fazer mal algum, tem um laço familiar muito forte e por isso não gera suspeitas, ninguém espera que um pai abuse sexualmente de sua filha. Mas infelizmente essa realidade acontece para algumas e modifica toda a estrutura em que a família está inserida.

Para Furnnis (1993) crianças de um modo geral não estão preparadas físicas, emocionalmente e socialmente para enfrentar uma situação de violência sexual,

estão em fase de desenvolvimento e concepção do que é certo e errado, então quando a violência é praticada por alguém em que a criança tem um referencial e vínculo afetivo, essa concepção de certo e errado acaba se confundindo em sua cabeça. Seguindo nessa linha de pensamento a criança passa por uma mistura de sentimentos e sensações, pois ao mesmo tempo em que ela conscientemente acredita que a pessoa que comete o abuso não iria fazer mal a ela, a mesma tem a consciência de que é errado, pois o abusador normalmente diz e tem comportamentos que aquela situação precisa ficar entre eles. Dentre as formas que o abusador encontra para manter o controle, estão às ameaças, ofertas de presentes, fazer com que a criança acredite que ninguém irá escutá-la, entre outros. É uma violência silenciosa em que a criança sofre um conflito interior, com misturas de medo e culpa por deixar tal situação acontecer.

Para Pimenta (2009) a família deveria ser vista como base para a construção do caráter, da personalidade e do pleno desenvolvimento sadio da criança, sendo o alicerce para que se sinta acolhida e amada. Entretanto em alguns casos os pais ou responsáveis deixam de agir de forma a promover o bem estar da criança e passam a permitir que a mesma enfrente situações de risco e violação de direitos. E como o abuso sexual é cometido em variadas formas e situações, é plausível se pensar que uma criança pode sofrer abusos durante anos sem o consentimento da família, criando assim um ciclo abusivo que pode ser tornar vicioso passando de geração em geração. As consequências geradas pelo abuso sexual vão além do abuso sofrido envolvem questões de saúde, social, psicológico e principalmente familiar.

No entanto, em muitas famílias podemos observar a reprodução de uma cultura familiar onde a violência e o abuso sexual acontecem e se mantêm protegidos pela lei do silêncio. Esse segredo familiar pode percorrer várias gerações sem ser denunciado. Há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar. Nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social. É por isso que é tão difícil a denúncia e a sua confirmação. A criança ou adolescente vitimada reluta em denunciar o agressor (pai, padrasto ou irmão, pois corre o risco de ser desacreditada, insultada, punida ou até afastada de casa sob a acusação de destruir a harmonia e a unidade familiar (Araújo, 2005 s.p)

Enfatiza-se a importância em denunciar o abuso sexual, pois assim poderá encaminhar as vítimas para as redes de atenção e proteção a criança e ao adolescente. O abuso sexual não pode ficar impune, precisa-se estudar e investigar todo o contexto em que a família está inserida, se o abuso for omitido ou silenciado, as consequências geradas serão graves e poderão, futuramente, formar indivíduos moldados de abusos sexuais que não tiveram um acompanhamento efetivado e a consequência desse abuso perpetuará por toda a sua vida. Ressalva-se que não são todos os casos, cada um reage e lida de uma forma distinta sobre a violência sofrida.

3.2 UMA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E PROCEDIMENTO CASO UMA CRIANÇA SE ENCONTRE EM UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECON) é a lei que dispõe sobre a proteção da criança e do adolescente. Criada em 1990 a Lei 8.069, dá voz aos indivíduos que antes não eram reconhecidos como sujeitos de direitos, ou seja, agora são respaldados por lei que lhe garantem acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, educação e direito à liberdade.

O ECON preconiza que é dever da família, Estado e sociedade promover o acesso e efetivação dos direitos sociais garantidos, também preconiza que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de maus tratos, violências, negligências e abandonos. “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (ECON, 2009). Quem omite ou deixa de prover o acesso aos direitos, está ferindo com o que a lei dispõe e de acordo com o ECON, sofrerá penalizações.

Azevedo e Guerra (2011) citam o Estatuto da Criança e do Adolescente como uma das legislações mais avançadas no nível mundial em termos de proteção dos direitos da criança. Dentro do cenário de efetivações e garantias de direitos a criança passa a ser prioridade para que seu desenvolvimento não seja prejudicado futuramente, garantindo assim a formação de cidadãos conscientes. Porém a realidade de algumas crianças, esse modelo de vida não acontece em seu seio

familiar. Muitas sofrem abuso sexual intrafamiliar, seus pais ou responsáveis que deveriam acolher e ensinar o que é certo e errado, aproveitam dessa função para praticar atos sexuais impróprios para a idade. A criança passa de lar protetor para local de risco social, nesse contexto seus direitos, garantidos pelo ECRID, foram violados, pois houve exposição às situações que ferem com a integridade física e emocional da criança.

Quando há uma suspeita de abuso sexual intrafamiliar e de grande relevância que os mesmos sejam denunciados, pois assim começará uma investigação para comprovar a veracidade da denúncia. A Agência das Nações Unidas (UNICEF) sinaliza que o Conselho Tutelar, Ministério Público e Delegacia da Mulher são órgãos em que se pode denunciar um possível caso de abuso sexual.

Furniss (1998) discorre que o primeiro contato com a vítima e a instituição precisa ser o melhor e mais compreensivo possível. Pois caso um profissional despreparado faça o atendimento, a criança pode sofrer uma segunda vitimização, visto que além de sofrer com os abusos recorrentes, precisa lembrar os abusos e expor desnecessariamente o mesmo.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais (2009) o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é o órgão responsável em lidar com crianças vítimas de abusos sexual. A criança é encaminhada a iniciar um acompanhamento psicossocial para restaurar e fortalecer o vínculo familiar enfraquecido e trabalhar para que as consequências do abuso sejam superadas ou amenizadas, para que futuramente não ocorra o rompimento dos vínculos. O CREAS atua dentro da proteção social especial- média complexidade, pois como já citado houve a violação de direitos.

Fundamenta-se na igualdade, no respeito a crenças familiares, aos valores, a heterogeneidade e a particularidade de cada família. Os serviços ofertados devem ocorrer em concomitância com as redes de serviço socioassistenciais, com as redes jurídicas e com as demais políticas públicas. É destinada a usuários que enfrentaram situações de direitos violados tais como: De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (2011).

Violência física, psicológica e negligência; Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; Tráfico de pessoas; Situação de rua e mendicância; Abandono; Vivência de trabalho infantil; Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos

A instituição que atua na área de lidar com abusos sexuais enfrenta vários entraves que pode dificultar o atendimento. É importante que o equipe multidisciplinar tenha em suas composições, profissionais capacitados a lidar e buscar melhores intervenções para o bem estar da criança e de sua família. Como sinaliza Araújo, (2005):

O abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as conseqüências psicológicas decorrentes da situação de abuso. Tais conseqüências estão diretamente relacionadas a fatores como: idade da criança e duração do abuso; condições em que ocorre, envolvendo violência ou ameaças; grau de relacionamento com o abusador; e ausência de figuras parentais protetoras.

Como o abuso sexual possui variadas formas de cometer, a comprovação do mesmo muitas vezes é prejudicada, pois falta a evidência física. Essa carência de informações compromete a veracidade das informações e requer maior atenção do profissional a traçar novos meios de comprovar o abuso.

O maior problema defrontado pelo médico e pelos meios de proteção legal é a comprovação do abuso sexual quando falta a evidência física. De fato, diferentemente dessa forma de violência, cujo diagnóstico é baseado em conseqüências observadas, o abuso sexual é geralmente definido por meio de sinais indiretos da agressão psicológica somados aos fatos relatados pela vítima ou por um adulto próximo. (PFEIFFER e SALVAGNI, 2005, s.p).

E além de todos esses empecilhos supracitados, existe o empecilho familiar, que se configura quando a família omite os abusos, ou prefere o silêncio, pois a vergonha de expor o abuso dentro de seu seio familiar é algo humilhante e devastador na vida de todos os envolvidos.

Como discorre Furniss, (1998, p.245):

Famílias que foram submetidas a intervenções não-coordenadas e mal sucedidas fecham-se novamente sob os efeitos do abuso sexual da criança como uma síndrome conectadora de segredo e adição, e a criança pode ser submetida a um abuso sexual adicional agravado.

Para Araújo (2005) o atendimento a criança vítima de abuso sexual gera certo constrangimento e anseio em vários aspectos, tanto familiar, quanto dos profissionais e instituições responsáveis por acompanhar a criança. Nesse contexto pode se perceber que a complexidade em que o abuso está inserido, gera inúmeros questionamentos e dúvidas quanto à veracidade da denúncia. Há também forte resistência da família em colaborar com as instituições, profissionais muitas vezes não qualificados a lidar com a situação imposta, falta de suporte institucional para atender a criança vítima, e a pela própria vítima que por medo de levar adiante a denúncia opte por se calar ou retirar a denúncia.

Tantos entraves sejam eles internos (instituição e profissionais) ou externos (vítima e família), prejudicam o acompanhamento efetivo da criança vítima de abuso sexual, e assim dificulta no tratamento contínuo para amenizar as consequências geradas pelo abuso sofrido. Por isso é importante que os profissionais estejam preparados a lidar com essa situação para que tenham os instrumentos e aparatos necessários a garantir ou buscar melhorias de mudança na vida da criança e sua família para que assim os laços afetivos sejam reconstruídos.

Os órgãos responsáveis em levar adiante a denúncia nem sempre possuem profissionais capacitados a atender casos de abusos. Muitos não sabem compreender e escutar a criança e o contexto em que a família está inserido. É preciso muito cuidado e atenção durante o atendimento a vítima, para que não ocorra uma segunda vitimização.

Na rede pública de assistência, esses casos em geral são submetidos a um "jogo-de-empurra" entre os profissionais e as instituições. Isso acontece por uma série de questões. A primeira é que se trata de uma situação difícil de lidar e a maioria dos profissionais não têm treinamento adequado para isso. Outra é que não há recursos institucionais² para dar apoio às vítimas e/ou profissionais que assumem o risco de levar adiante a denúncia. A terceira questão —e que muitas vezes a vítima, diante do dilema de denunciar e enfrentar as consequências do seu ato, prefere silenciar ou mesmo retirar a denúncia já feita, diante da pressão e da falta de apoio familiar, deixando os profissionais envolvidos desapontados e impotentes diante da situação. (ARAÚJO, 2005, p. 7)

Furniss (1993) propõe três tipos de intervenção: punitiva, protetora e terapêutica, a intervenção punitiva foca em punir o abusador. A intervenção protetora inclui todas as formas de intervenções com o foco de proteger a criança do abuso sofrido, em algumas vezes a criança acaba sofrendo uma segunda vitimização, de modo que, em alguns casos a criança é retirada de seu seio familiar, por temer a integridade da mesma, porém essa medida muitas vezes é prejudicial para o acompanhamento e tratamento. E por fim a intervenção terapêutica que inclui todas as intervenções com enfoque em tratar o trauma psicológico individual no início, mas também centralizam suas intervenções no contexto familiar, através dessa intervenção as relações mãe-pai e criança é mais bem compreendida durante o tratamento/acompanhamento.

A atenção continuada e especializada da saúde física e emocional da criança e/ou adolescente vítimas de abuso sexual, bem como de sua família, por equipe interdisciplinar será sempre necessária. De sua qualidade dependerá o restabelecimento da auto-estima e da integridade física e psíquica das vítimas, reestruturando sua confiança nas pessoas e sua capacidade de lutar dignamente pela vida.(PFEIFFER e SALVAGNI, 2005, s/p).

Porém há um jogo de atendimento, a comunicação entre as redes intersetoriais é falha. Não há um efetivo e constante acompanhamento. A rede jurídica, de assistência, de saúde e educação deve andar alinhada e quase que intrinsecamente, pois através de cada uma o quadro evolutivo do atendimento poderá ser acompanhado de forma efetiva. Porém como já supracitado não é isso que acontece, cada órgão trabalha quase que individualmente e acaba por comprometer o atendimento. Na parte jurídica a única questão envolvida é condenar o agressor, então utilizam de estratégias e depoimentos que acabam forçando o emocional da vítima a reviver os abusos.

É importante que se faça o acompanhamento familiar da criança envolvida em situação de violência sexual intrafamiliar, pois os entraves que envolvem essa família precisam ser expostos e trabalhados. Buscando efetivamente formas e meios para que menos crianças sofram de abusos sexuais dentro de seus lares e frases como essa “eu sei que a gente se acostuma, mas não devia” possa surgir em depoimentos.

3.3 INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL A CRIANÇA VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

O serviço Social se configura como a profissão que intervém no enfrentamento das questões sociais em suas variadas formas de expressão, atua como mediador entre o Estado e a Sociedade na implantação de políticas públicas, a fim de buscar melhorias e mudanças na realidade de uma parcela da população que seus direitos não estão sendo efetivados. Cabe ao Assistente Social investigar, conhecer, estudar a realidade em que está inserido, para que assim possa usar intervenções que de fato irão fazer a diferença, seja ela na esfera macro ou micro.

Ao assistente social compete: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis (Lei de Regulamentação da Profissão, 1993).

De acordo com o que preconiza o serviço de proteção social especial de média complexidade, casos de violência deverão ser acompanhados pelo CREAS, e o profissional de serviço social é um dos profissionais que fazem parte da equipe regular do CREAS. A Partir do atendimento o profissional irá fazer uma análise do contexto em que a família está inserida e assim poder intervir de forma eficaz juntamente com a equipe o acesso aos direitos violados.

O papel do assistente social à criança vítima de abuso é de extrema importância, pois ira lidar com o social, a realidade e o contexto em que criança está inserida. O profissional deverá assumir sua posição como mediador entre as políticas públicas e o usuário a quem dela necessitar. Através de suas atribuições que lhe é conferida, o assistente social é capacitado a buscar intervenções em que a criança seja prioridade, porém não excluindo a família, pois o objetivo é restaurar os laços que foram enfraquecidos e assim juntamente com o psicólogo entender todo o contexto

familiar, olhar todos os ângulos conhecendo a família no seu âmbito psicossocial. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2012),

Se pensarmos a intervenção profissional, ao/à Assistente Social cabe interagir com esta criança ou adolescente, entendendo-a como sujeito de direito, um indivíduo em formação que necessita de proteção integral para o seu pleno desenvolvimento. A criança/adolescente deve assumir, neste sentido, prioridade.

As visitas domiciliares, atendimentos individuais e/ou grupais, a articulação junto às redes intersertoriais, são instrumentos que materializam as intervenções utilizadas pelo profissional do serviço social.

O profissional deve, antes de mais nada, avaliar a sua própria postura e disponibilidade profissional para discutir assuntos relacionados à sexualidade, ao abuso físico, sexual, agressões etc., antes de avaliar uma criança. Se o grau de desconforto for muito grande, é melhor encaminhar esta criança para alguém que se sintam mais à vontade. (FURNISS 1993, p. 203).

Para Furnis (1993) o profissional que atenda a demanda de situação de violência sexual, precisa estar ciente de todo o contexto que envolve tal situação, precisa estar preparado a lidar fisicamente e emocionalmente, pois é algo diferente da realidade que o profissional costuma presenciar. “É preciso revalorizar a diversidade de visões, a tolerância, sem confundi-las com ecletismo, considerando-se a diversidade e a pluralidade num processo interativo, conflituoso” (Faleiros, 2010, p. 87). Parte do princípio do código de ética que cada usuário tem suas crenças, particularidades e modo de viver, não cabendo ao profissional julgar certo ou errado. Sendo assim, o assistente social deverá assumir impreterivelmente, o profissional que precisa conhecer, planejar, executar e buscar intervenções para que a família tenha uma nova oportunidade.

O profissional através de seu parecer social, documento, este, que é de particularidade e somente pode ser confeccionado pelo mesmo, é um documento de suma importância, pois através dele, a vida social da criança e sua família é exposta. A pessoa ao ler o documento baseará suas ações em cima do que for relatado.

A escuta durante a visita domiciliar ou atendimento é o momento em que a criança está diante de um estranho e precisa relatar sobre o abuso sofrido, precisa relembrar

o que aconteceu dentro de sua casa sendo algo doloroso de expor, então o profissional precisa ganhar a sua confiança e mostrar interesse na sua fala, para que assim a criança se sinta confortável durante a entrevista e não omita informações importantes.

Escutar é complicado e sutil. [...] Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito. É preciso também que haja silêncio dentro da alma. [...] A gente não aguenta ouvir o que o outro diz sem logo dar um palpite melhor [...]. Sem misturar o que ele diz com aquilo que a gente tem a dizer. Como se aquilo que ele diz não fosse digno de descansada consideração [...] E precisasse ser complementado por aquilo que a gente tem a dizer, que é muito melhor. Nossa incapacidade de ouvir é a manifestação mais constante e sutil de nossa arrogância e vaidade. (AZAMBUJA, apud ALVES, 1994)

Os atendimentos deverão ocorrer em concomitância com o código de ética, respeitando o contexto familiar, suas particularidades e adversidades. Sempre com uma postura profissional, para garantir que a criança se sinta acolhida e protegida e em relação à família para que o acompanhamento ocorra de maneira a viabilizar condições e melhorias, para que não haja o rompimento do vínculo familiar.

4 RESULTADOS

A entrevista ocorreu por meio eletrônico através de um questionário que prontamente foi respondido, de forma clara e objetiva, pela profissional de serviço social. A profissional atua no CREAS localizado no Município de São Mateus ES.

Quando questionado sobre quais os instrumentos de trabalho utilizados pelo Assistente Social para lidar com uma situação de abuso sexual intrafamiliar, a profissional disse a seguinte fala “*Visitas domiciliares, escuta ativa, atendimento individual, atendimento com o grupo familiar, palestras de prevenção e orientação em entidades como, escola, hospitais, unidades de saúde, entre outras*”.

As visitas domiciliares, escutas e atendimentos, são instrumentos que potencializam o trabalho do profissional de serviço social. Através destes, o profissional conhece a realidade de cada indivíduo e identifica as mazelas da questão social em que estão envolvidos.

Segundo Yamamoto (2008):

O profissional precisa ter um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competências teórico-

metodológica na teoria crítica e sua lógica de explicação na sua vida social. Esses elementos, aliados às pesquisas da realidade, possibilitam decifrar situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam.

Como o abuso sexual é uma temática complexa, o profissional precisa usar os meios teórico-metodológico e utilizá-los da melhor maneira possível. Buscando garantir o suporte necessário a vítima do abuso sexual.

Ao perguntar sobre os principais desafios encontrados no cotidiano da ação profissional, a profissional relatou “*Garantir efetivamente os direitos de cada usuário, bem como de seus membros familiares, romper com o ciclo de violência e também fazer que a família entenda a importância do acompanhamento até a finalização, e a estabilidade emocional da pessoa atendida*”.

O trabalho em família é de grande relevância para que o tratamento seja efetivado. A família precisa fornecer todo o suporte e apoio a vítima de abuso sexual, porém essa realidade não é muito vivenciada. Como o abuso acontece dentro do seio familiar é preciso desmistificar o abuso e fazer com que a família entenda que a criança precisa de apoio.

Segundo Araújo (2010),

O trabalho de atendimento à família, vítimas e agressores, é fundamental. Devido à enorme carga de ansiedade mobilizada nessas situações, freqüentemente a família tenta fugir do atendimento, sendo, muitas vezes, necessário um apoio legal para mantê-la em acompanhamento.

O abuso sexual envolve vários questionamentos dentro do âmbito familiar e como dito anteriormente desmistificar esses questionamentos é de suma importância. O profissional precisa identificar, conhecer e estudar o seio familiar envolvido, para que assim, possua argumentos e confiança necessária para quando for conversar com a família.

Ao indagar como se dá a articulação com as demais políticas públicas a profissional disse “*O trabalho com as outras políticas pública se dá com o fortalecimento da rede*

de atendimento as vítimas de violência, como a Saúde, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Ministério Público, que hoje está bem articulada na garantia de direitos”.

A rede de proteção a criança deve envolver outros serviços, além do CREAS, como a profissional de serviço social disse acima, é necessário o fortalecimento das redes, para que essas funcionem quase que intrinsecamente na formulação de políticas públicas que visam a efetivação de direitos. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2009),

Dada a complexidade do fenômeno e as consequências que provoca, o atendimento de crianças e de adolescentes em situação de violência sexual deve, necessariamente, envolver outros serviços, outras organizações e, de acordo com o Plano de Atendimento, outras políticas públicas setoriais. O envolvimento das demais políticas públicas, serviços e organizações deve ocorrer na perspectiva da construção e da consolidação de uma rede de proteção social.

O profissional que atua em situações de abusos sexuais tem em suas intervenções o trabalho com a rede intersetorial, para que haja um melhor acompanhamento/atendimento. Sejam eles na área judicial, social ou educacional. Todos precisam estar cientes da realidade em que a vítima está inserida.

Ao questionar sobre se existem programas específicos que atendam às demandas de abuso sexual? Quais são? A assistente social explicou sobre “*O Programa específico é o PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento à Família e Indivíduo, que está dentro dos atendimentos do CREAS, e o Conselho Tutelar*”.

O Serviço de Proteção e Atendimento à família e Indivíduo (PAEFI) é um serviço exclusivo do CREAS. Tem como objetivo, de acordo com a tipificação de serviço socioassistencias (2009):

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O Conselho Tutelar é um órgão fiscalizador e tem por objetivo garantir a efetivação de direitos à criança e ao adolescente. De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente (ECRIAD) “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

Sabemos que o abuso sexual é uma problemática muito complexa. Diante disso, foram questionados quais os instrumentos técnico-operativo que o profissional precisa utilizar para o fortalecimento da família e da vítima do abuso sexual e a profissional relatou *“A princípio fazer com o ciclo de violência seja rompido através de orientações jurídicas, sociais e psicológicas como também fortalecer e incentivar o apoio da família ou de pessoas próximas da vítima de violência, ou até mesmos das instituições voltadas à garantia de proteção à crianças e adolescentes, que no nosso município é a Casa Lar que acolhe crianças de 0 a 12 anos incompletos e a Casa de Passagem que acolhe adolescentes de 12 a 18 anos incompletos”*.

É necessário que a criança fique com algum parente próximo, mas caso não consiga, infelizmente, a criança precisa ser removida de seu âmbito familiar e ser acolhida em instituições que busquem garantir a proteção. Como dispõe o ECRIAD (2009):

Através da pesquisa obteve-se uma visão mais clara acerca do contexto que envolve o abuso sexual intrafamiliar. Espera-se que o profissional busque novos meios de intervenções, mesmo com todos os entraves que surgirem. Tornando-se um profissional propositivo que não se contenta somente com o que é lhe dado, mas sim busca efetivamente uma melhor solução para que a criança e sua família tenham um bom atendimento.

5 CONCLUSÃO

Por fim, o estudo contribui para identificar o processo de intervenção do profissional de serviço social frente à essa questão social tão complexa. O tema abuso sexual requer do profissional um olhar diferenciado, são crianças que tiveram seus direitos violados e seu pleno desenvolvimento comprometido. Dessa forma, é importante que futuros profissionais que possam lidar com uma situação de abuso, saibam quais

instrumentos utilizar, e utilizá-los da melhor maneira possível. Utilizar os instrumentos, técnicas e intervenções pautadas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 2007.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Infância e violência doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2009.

BRASIL, Ministério Público do Estado de Goiás, **Revista do Ministério Público do Estado de Goiás**; Goiás 2009, Ano XII- N17. Disponível em: <www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/revista_do_mp_num17.pdf>. Acesso em 20 de jun 2016.

BRASIL, Estatuto da Criança e do adolescente, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento de Combate à fome, 2010.

DE FÁTIMA ARAÚJO, Maria. **Violência e Abuso Sexual na Família**. 2002.

FERREIRA, Raquel Menezes. **A Intervenção Do Assistente Social Nos Casos De Negligência E Abuso Psicológico**. 2013.1, nº 10, pág.39–60.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e internação legal integrados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HABIGZANG, Luísa F. et al . Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Jun 2016.

IAMAMOTO, Maria Vilela. **Trabalho e individuo social**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MULTIVIX, **Manual de normas técnicas**, 2014.

PELISOLI, Cátula; TEODORO, Maycoln Leôni Martins; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 59, n. 2, p. 256-269, dez. 2007 .

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 197-204, 2005.

PIMENTEL, Adelma; ARAUJO, Lucivaldo da Silva. **Violência sexual intrafamiliar**. Revista Paraense de Medicina, v. 20, n. 3, p. 39-42, 2006.

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. CFP. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo. Disponível em < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Servico_Exploracao_Sexual.pdf >. Acesso em: 10 de out. 2016

SERVIÇO SOCIAL, Conselho Federal de. CFESS manifesta. **Depoimento sem dano**, Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Documento_DSD_COFI.pdf >. Acesso em: 20 jun. 2016.

Mundo Acadêmico

Apresentação

A revista Mundo Acadêmico publica trabalhos técnicos culturais, científicos e/ou acadêmicos, nas áreas ligadas aos cursos oferecidos de graduação, desde que atenda aos objetivos da Instituição. Admite-se, de preferência, autor pertencente à Faculdade, sem limitar, contudo, as contribuições e intercâmbios externos, julgados pelo Conselho Editorial, de valor para a Revista e, sobretudo, para a sociedade brasileira.

Normas de Publicação

Os originais entregues para publicação deverão ser assinados pelo autor e seguir as seguintes normas:

1 Texto

- 1.1 Os trabalhos devem ser inéditos e submetidos ao Conselho Editorial, para a avaliação e revista de pelo menos, dois de seus membros, cabendo-lhe o direito de publicá-lo ou não;
- 1.2 O texto deve ser apresentado em formato A4 (210x297mm);
- 1.3 Os trabalhos e artigos não devem ultrapassar o total de vinte laudas, em espaçamento normal; resumos de dissertação e monografia, duas laudas e resenhas e/ou relatos, não devem ultrapassar quatro laudas;
- 1.4 O texto deve ser entregue em CD e impresso, sendo composto no editor de texto Word for Windows, com fonte Time New Roman 12;
- 1.5 O trabalho deve apresentar obrigatoriamente:
 - Título;
 - Nome(s) do(s) autor(es)
 - Breve currículo do(s) autor(es), enfocando as atividades mais condizentes com o tema trabalhado;
 - Introdução;
 - Corpo do trabalho;

- Resultado e/ou conclusões;
- Referências bibliográficas.

2 Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas deverão ser listadas imediatamente após texto, em ordem alfabética, obedecendo Normas Técnicas.

3 Citações

Qualquer citação no texto deverá ter obrigatoriamente identificação completa da fonte, acrescida da (s) página (s) de onde foi retirada a citação.

Pede-se aos autores

- Seguir rigorosamente o Manual de Normas Técnicas da Multivix, que se encontra a disposição de todos na Biblioteca e na intranet do site da Instituição;
- Linguagem condizente como produção científica, evitando abreviações, jargões e neologismos desnecessários;
- Objetividade quanto à construção do título do artigo;
- Apresentação do significado de cada sigla que conta do texto na primeira vez em que ocorre.

Considerações Finais

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e o Conselho de Editoração não se responsabilizará pelas opiniões expressadas nos artigos assinados.